



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - GPDES

ANNA CARLA DA CUNHA FONSECA RAMOS

A LUTA E AS ESTRATÉGIAS DOS MORADORES DA VILA
AUTÓDROMO:

um caso de resistência à política de remoções da Prefeitura da
Cidade do Rio de Janeiro em época de megaeventos

Rio de Janeiro
2014

ANNA CARLA DA CUNHA FONSECA RAMOS

A LUTA E AS ESTRATÉGIAS DOS MORADORES DA VILA AUTÓDROMO:

**um caso de resistência à política de remoções da Prefeitura da
Cidade do Rio de Janeiro em época de megaeventos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social- GPDES do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr.. Fabrício Leal de Oliveira.

Rio de Janeiro

2014

ANNA CARLA DA CUNHA FONSECA RAMOS

A LUTA E AS ESTRATÉGIAS DOS MORADORES DA VILA AUTÓDROMO:

**um caso de resistência à política de remoções da Prefeitura da
Cidade do Rio de Janeiro em época de megaeventos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social- GPDES do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Leal de Oliveira.

Aprovada em _____ de _____ 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabrício Leal de Oliveira
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- UFRJ

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Junior
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- UFRJ

Me. Giselle Megumi Martino Tanaka
Laboratório Estado, Trabalho Território e Natureza - ETTERN/IPPUR UFRJ

RESUMO

O presente trabalho analisa a luta e a estratégia de resistência dos moradores da Vila Autódromo frente à política de remoção empreendida pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro no contexto da realização das Olimpíadas 2016. Em especial, discute-se a relação do processo com a especulação imobiliária na região que concentrará a maior parte dos investimentos do megaevento, a Barra da Tijuca. Destaca-se, no caso da Vila Autódromo, a singularidade da estratégia de resistência dos moradores que, com a ajuda de uma assessoria, elaboraram um plano popular alternativo que se contrapõe ao projeto da Prefeitura para esta região. O trabalho aborda também quais ações e órgãos foram utilizados pela Prefeitura para promover a remoção da comunidade e discute quem de fato é favorecido por esta iniciativa. Finalmente, são feitas considerações sobre o estágio da luta da comunidade no final de 2014.

.Palavras- chave: Resistência. Política. Remoção. Megaeventos. Vila Autódromo.

ABSTRACT

This paper examines the struggle and the resistance strategy of the residents of Vila Autódromo facing the removal policies undertaken by the Municipality of the city of Rio de Janeiro for the achievement of the Olympics 2016. In particular, we discuss the relationship of the process with the speculation of real estate in the region that focuses most of the mega event's investments in Barra da Tijuca. What stands out in the case of Vila Autódromo is the uniqueness of the resistance strategy of the residents whom, with the help of an advisory, developed an alternative popular plan that opposes the Hall of the project for this region. The paper also discusses what actions and branches were used by the city to promote the removal of the community and discusses who is actually favored by this initiative. Finally, we discuss the stage of the community's struggle in late 2014.

Keywords: Resistance. Policies. Removal. Mega event's. Vila Autódromo.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
1.1 Megaeventos e violações de direitos	7
1.2 A monografia	11
2. Vila Autódromo: formação e organização social.....	13
2.1 O surgimento da Vila Autódromo	13
2.2 A criação da AMPAVA e o início da mobilização social	16
3. As justificativas para a remoção e a resistência da Vila Autódromo.....	19
3.1 Primeiros argumentos para a remoção da comunidade.....	19
3.2 Os Jogos Olímpicos de 2016 e a mudança do discurso da remoção	22
3.3 A resistência da Vila Autódromo	28
4. A estratégia da remoção: as ações do Poder Público e o apoio da mídia.....	31
4.1 O papel do Poder Público no processo de remoção da Vila Autódromo.....	31
4.2 O papel da mídia.....	41
5. O Plano Popular da Vila Autódromo	47
6. Considerações finais	57
Sites Consultados.	70

1. Introdução

A presente monografia corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social – GPDES, como requisito para a conclusão da graduação. Apresenta como objeto de estudo a resistência da comunidade Vila Autódromo às iniciativas de remoção realizadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Neste trabalho, busca-se relatar a resistência dos moradores, que, após um período longo de luta contra tentativas de remoção, tem conseguido, ao menos em parte, se manter em seu lugar de origem. Trata-se de um processo em curso, com desfecho desconhecido, que tem como singularidade o fato de envolver uma experiência de planejamento alternativo que conduziu à elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo, elaborado pelos moradores com assessoria de professores e pesquisadores de duas universidades públicas federais.

A cidade do Rio de Janeiro vem recebendo megaeventos esportivos desde 2007: os Jogos Pan-americanos em 2007, a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e ainda sediará as Olimpíadas que irão acontecer em 2016. Esses eventos exigem a concentração de grandes investimentos públicos na implantação de projetos que reconfiguram extensos espaços urbanos e impactam a própria estrutura e dinâmica da cidade (VAINER et al, 2013).

Por outro lado, a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)¹ vem promovendo uma aceleração sem precedentes do processo de expansão da malha urbana, pois é ele quem, com a construção de habitações para a baixa renda, termina por viabilizar uma série de remoções na cidade, agudizando o processo secular de periferização da pobreza (VAINER et al, 2013).

¹ Em Março de 2009, para ampliar o mercado habitacional o governo criou o Projeto Minha Casa, Minha Vida que beneficia famílias com renda de até 10 salários mínimos. Este programa tem como objetivo oferecer subsídios diretos proporcionais à renda de cada família e, além disso, aumentar o volume de crédito para aquisição e produção de habitações e reduzir o juros. Desta forma, buscou-se manter o desenvolvimento no setor imobiliário e reacquecer as atividades do ramo da construção civil, que havia sofrido impactos na crise econômica de 2008 (CARDOSO, 2013).

De fato, muitos moradores desalojados das áreas mais centrais da cidade do Rio de Janeiro, valorizadas ou com potencial para valorização após a realização das intervenções feitas pela prefeitura, estão sendo reassentados em locais muito distantes, principalmente na periferia de bairros como Campo Grande. Muitas vezes as novas residências apresentam melhores acabamentos e condições de salubridade, contudo, a localização pode não ser a mais adequada.

“Inúmeros são os casos de violações de direitos humanos e de apropriação privada de recursos públicos, justificados como medidas necessárias para viabilização das Olimpíadas e da Copa do Mundo no Rio de Janeiro. As remoções de moradias populares para a implantação de obras relacionadas aos eventos esportivos, por exemplo, estão sendo realizadas em prazos exíguos, sem negociação prévia, sem processo jurídico ou acesso à defesa pelas famílias. Em troca, a prefeitura tem oferecido moradias distantes ou indenizações baixíssimas que tem como referência básica o valor dos materiais empregados nas construções e não consideram o valor de mercado das moradias dado pela sua localização” (Oliveira et al, 2014, p.1)

É nesse contexto que se apresenta o caso da Vila Autódromo.

A conquista do direito de sediar os Jogos Olímpicos 2016 implicaria no reforço, com uma intensidade inédita, das iniciativas de remoção da comunidade, processo iniciado há duas décadas, em 1993, quando César Maia assumiu a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Hoje, em 2014, a estratégia da Prefeitura é remover todas as edificações e reassentar os moradores no condomínio Parque Carioca, promovido no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida e localizado a cerca de dois quilômetros de distância da Vila Autódromo. A forma como o processo de remoção vem sendo conduzido viola os direitos dos moradores e uma série de normas e acordos nacionais e internacionais.

1.1 Megaeventos e violações de direitos

Em tempos de megaeventos, o direito à cidade e à moradia, garantidos por lei a todo cidadão, são postos em xeque no Brasil.

Leis estaduais e municipais passam a admitir doações, concessões e operações urbanas para viabilizar as obras relacionadas à realização da Copa do Mundo de 2014 (em doze cidades) e das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Neste período, são postos em execução grandes projetos urbanos com impactos econômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e sociais e se observam violações dos direitos humanos em todo o país. Frequentemente, a implantação dos projetos implica que terrenos públicos com excelente localização sejam negociados com grandes empresas de construção civil em parcerias público-privadas.

No entanto, a Lei Federal n. 11.124, de 16/06/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, determina nitidamente a *“utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social”*.

No Município do Rio de Janeiro, apesar de a lei determinar a destinação prioritária de terras públicas para a habitação social, o Decreto Municipal n. 30.379, de 1/01/2009, estabelece que o Poder Executivo *“envidará todos os esforços necessários no sentido de possibilitar a utilização de bens pertencentes à administração pública municipal, ainda que ocupados por terceiros, indispensáveis à realização dos Jogos Rio 2016”* (ANCPC, 2014). Ou seja, o poder público municipal está disposto a ceder mesmo terras públicas antes destinadas à habitação popular para viabilizar projetos das Olimpíadas.

Um perfeito exemplo dessa postura é o caso da comunidade da Vila Autódromo. A política feita pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro tem, entre suas prioridades, retirar uma favela consolidada há anos, cujos habitantes são, em sua maioria, de baixa renda, para realizar mais um projeto de mercantilização da cidade (SANTOS JR., & RIBEIRO, 2013). Como veremos nos próximos tópicos, a prefeitura limpa o terreno para que possa haver ali um grande projeto imobiliário com fins comerciais. O padrão de ocupação do entorno fez com que a área da Vila Autódromo fosse interessante e cobiçada por quem faz da valorização imobiliária da cidade sua fonte de lucro e riqueza.

A ação da Prefeitura, contudo, contraria uma série de leis e resoluções que reconhecem e garantem o Direito à Moradia como direito humano e social, como

mostra o Quadro I, no qual são apresentadas disposições de normas e acordos nacionais e internacionais.

A política pública deveria fazer Investimentos públicos para promover o Direito à Cidade, e não sua elitização e mercantilização. Enquanto a população de baixa renda não tem sequer seu direito à posse da terra reconhecido, recursos públicos são empenhados para que haja investimentos em infraestrutura que privilegiam, em sua grande maioria, bairros de classes média e alta, aumentando a concentração privada do solo, e garantindo grandes valorizações do patrimônio privado de proprietários de alto poder aquisitivo.

Podemos vincular ao Direito à Moradia várias condições e, segundo os tratados internacionais, um deles é a mobilidade urbana. Sendo assim, a questão da localização é um dos pré-requisitos que se deveriam ser incluídos no direito à moradia adequada. Para que esse local de moradia seja realmente adequado, seria necessário que ele oferecesse oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social para seus moradores, como: oferta de empregos e fontes de renda, supermercados, hospitais, linhas de transporte público, entre outras fontes de abastecimento (ANCPC, 2014).

O caso da remoção da Vila Autódromo tem certa diferença dos casos das demais comunidades ameaçadas de remoção, por que: (i) pretende-se remover os moradores para conjunto habitacional relativamente próximo, quando, em geral, os conjuntos situam-se a dezenas de quilômetros de distância da moradia em geral; (ii) parte dos lotes da Vila Autódromo é regular e tem título de Concessão de Direito Real de Uso, reafirmada pelo ex-governador Marcello Alencar, em 1998, o que dificulta a implantação da política de remoção da prefeitura.

Quadro I. Normas relacionadas ao Direito à Moradia (AMPAVA, 2012; GTAPM, 2013)

Norma	Conteúdo	Data
Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.	“Artigo 11: Os estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradias adequadas , assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida”.	19/12/1966
Resolução da Assembleia Geral da ONU	“Direito de todos à moradia adequada , caracterizada pelo custo acessível , pela disponibilidade de serviços de infraestrutura , acessibilidade, localização e adequação cultural da habitação. Inclui nesse conceito a segurança jurídica da posse, e proteção ao cidadão das ameaças e remoções forçadas”.	Subscrita pelo Brasil em 1992.
Constituição Federal	Emenda Constitucional nº26/2000, que estabelece a moradia como direito social fundamental: “Art 6º- São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e á infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”	14/02/2000
Lei Federal 11.124/2005	Dispõe sobre a utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social. (Nota de pé de página) .Fonte : Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa.(Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil)	16/06/2005
Lei Federal 11.977/2009	Lei do Programa Minha Casa Minha Vida. “Art. 54: ...município poderá admitir a regularização fundiária de interesse social em APP's ocupadas até 31 de dezembro de 2007 e inseridas em áreas de ocupação consolidada, desde que estudo técnico comprove que a intervenção implica melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação irregular anterior”.	07/07/2009

1.2 A monografia

A realização deste trabalho envolveu a realização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e visitas a campo. A pesquisa bibliográfica se concentrou na história da Vila Autódromo e em políticas públicas relacionadas à realização de megaeventos e o direito à cidade e à moradia. A pesquisa documental incluiu a consulta à legislação que apoia a permanência da população na área, a análise do Plano Popular da Vila Autódromo e de documentos produzidos pela Prefeitura e pelo Grupo Técnico que analisou o Plano Popular, além de pesquisa na mídia, especialmente notícias veiculadas na internet e em periódicos em circulação na cidade. Para conhecimento do local, foi feita pesquisa de campo que incluiu visitas à Vila Autódromo e ao condomínio Parque Carioca. Nas visitas, foram empregadas técnicas de observação, realização de fotos e coleta de informações por entrevistas e questionários com moradores e técnicos que participaram da construção do Plano Popular da Vila Autódromo.

No segundo capítulo é apresentado um breve histórico do surgimento da Vila Autódromo e é destacada a importância da mobilização social e da criação da Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo, para que assim, os moradores pudessem lutar e se organizar contra as investidas da prefeitura para remover as famílias de suas casas. Em seguida, no terceiro capítulo, são apresentados os diferentes argumentos utilizados ao longo dos anos para que se viabilize a remoção da Vila Autódromo e as estratégias de resistência utilizadas pela comunidade.

No quarto capítulo, é apresentado como a Prefeitura principalmente, na gestão do Prefeito Eduardo Paes, se organizou para remover a Vila Autódromo, mobilizando órgãos e diferentes recursos. A importância da mídia nesse processo, geralmente em apoio às estratégias da Prefeitura, fez com que fosse incluído um tópico específico sobre como a imprensa se comportou nesse momento de conflito.

No quinto capítulo, é comentada a iniciativa popular dos moradores da Vila Autódromo em fazer seu próprio Plano Popular para servir de alternativa ao projeto feito pela prefeitura.

Finalmente, nas Considerações Finais, são feitas algumas reflexões sobre o momento atual vivido na comunidade, abordando questões importantes que afligem os moradores, seus medos e impressões.

Este trabalho busca contribuir para mostrar como é instituída uma política pública habitacional em um processo de remoção, além de apresentar uma solução alternativa para o conflito, que seria o PPVA. Contudo, é necessário destacar a importância de se levar esta pesquisa adiante, visto que existem novos acontecimentos importantes sobre a remoção da Vila Autódromo ocorrendo a todo o momento, o que torna o seu futuro incerto.

2. Vila Autódromo: formação e organização social

2.1 O surgimento da Vila Autódromo

A Vila Autódromo está localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, entre a lagoa de Jacarepaguá, o canal Pavuninha, o muro do Autódromo Nelson Piquet e a junção de dois corredores viários: as avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno, no limite norte da região administrativa da Barra da Tijuca (Figura 1), área de crescente valorização fundiária e de expansão imobiliária para a população de renda alta e média da metrópole. Em suas proximidades, destacam-se equipamentos como o grande pavilhão do Rio Centro, onde ocorrem grandes eventos, feiras e exposições², grandes empreendimentos imobiliários residenciais lançados nas décadas de 1990 e 2000, o Parque Aquático Maria Lenk, a arena multiuso HSBC Arena, o Shopping Metropolitano, o primeiro hotel Hilton do Rio (que ainda não foi inaugurado), o empreendimento residencial Ilha Pura, lançado em 2014, a Vila dos Atletas Residencial, entre outros.

² O Rio Centro é um equipamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Em 2013, sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20).

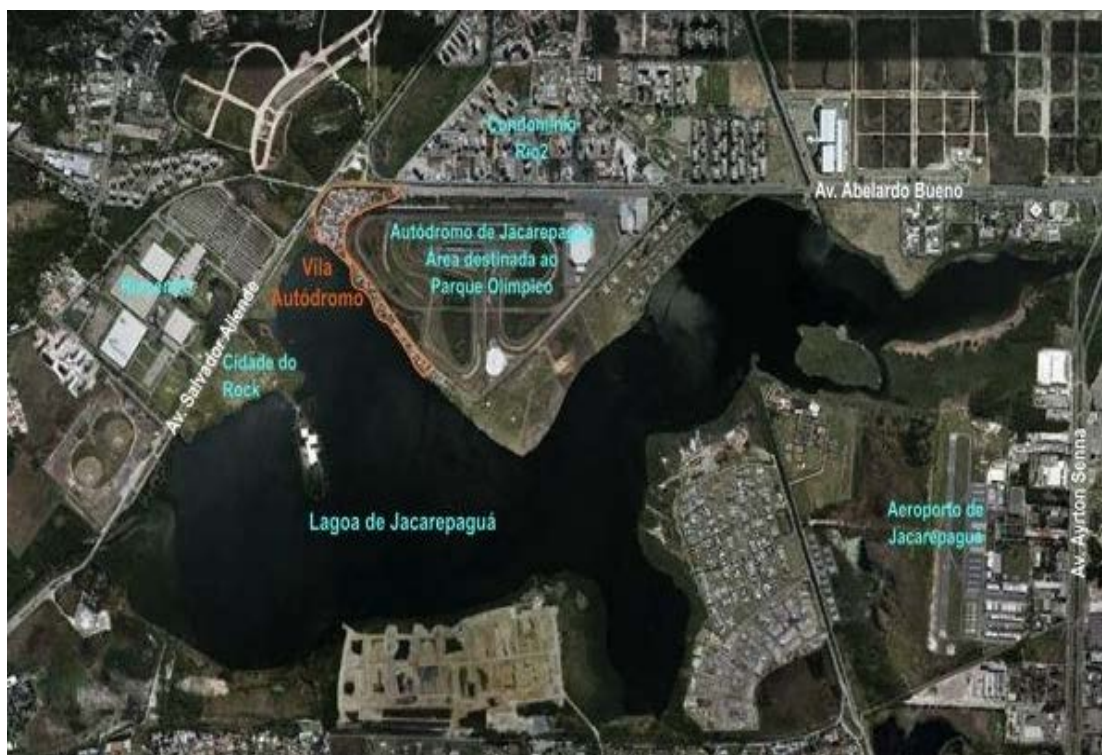


Figura 1: Imagem de satélite da Vila Autódromo e entorno. Fonte: Vainer et al, 2013.

De acordo com os dados dos censos demográficos (IBGE, 1991; 2000; 2010), a população da Barra da Tijuca passou de 174.353 habitantes, em 2000, para 300.823, em 2010, sendo a região do município que mais cresceu em população nos últimos anos. A Vila Autódromo também acompanhou o crescimento durante esse período, possuindo em 2010, 1.252 habitantes distribuídos por 356 domicílios, contrastando com os 398 habitantes distribuídos em 95 domicílios, registrados em 1991 (IBGE, 1991; 2010). Identifica-se, portanto, um crescimento de 214,6% da população local residente em 19 anos e de 274,7% em relação aos domicílios. Em termos imobiliários, a análise do valor do metro quadrado em área próxima à Vila Autódromo mostra que este passou de R\$ 3.800,00, em 2007, para R\$ 5.700,00, em 2011, tendo o bairro se valorizado em 24% apenas em dois anos (2010-2011). (GTAPM, 2013).

Segundo relatos de moradores, a Vila Autódromo, “teve sua origem na década de 1960, quando pescadores instalavam moradias provisórias na beira da

lagoa de Jacarepaguá” (VAINER et al, 2013, p.4)³. Durante as décadas de 1960 e 1970, a região da Barra da Tijuca passou por intensas mudanças, seguindo o processo de desenvolvimento urbano iniciado com a criação do Plano Piloto da Barra da Tijuca em 1969, e que ganhou força na região na década de 1970. Assim, algumas das lagoas e brejos foram aterrados para viabilizar as construções do Autódromo de Jacarepaguá e do Riocentro, ambas em 1977, dando origem a parte da área hoje ocupada pela Vila Autódromo (GTAPM, 2013).

Em entrevista, alguns moradores relatam o motivo da sua mudança para esta localidade. Dona Penha, por exemplo, residente da comunidade há 21 anos⁴, diz que sonhava morar em uma casa com quintal, em um terreno onde se pudesse ter tranquilidade, e esse desejo se realizou na Vila Autódromo. Ela conta que na região a iluminação era escassa, a entrada era escura, não existia saneamento, e na Avenida Abelardo Bueno só havia um prédio ainda em construção. Em outro depoimento, Inalva Brito conta que foi morar na Vila Autódromo nos anos 60 com a família se escondendo da ditadura e se associou então nos anos 70 com os pescadores que moravam no entorno da lagoa. Na década de 80, com a nova constituição federal, eles puderam se organizar e criar a Associação dos Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA) para defesa de seus interesses coletivos. Em determinado momento, com o apoio do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), os moradores buscaram a Subprefeitura da Barra da Tijuca e a CEDAE para a instalação de rede de água e esgoto e, ainda que tenham obtido documento favorável à instalação do serviço de água, o projeto não foi levado adiante.

³Há divergências entre o reconhecimento do poder público acerca do início da ocupação urbana da área da Vila Autódromo e o auto reconhecimento dos moradores e da AMPAVA acerca dessa história de ocupação. Segundo o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a ocupação “iniciou-se em 1986”. Já segundo informações da AMPAVA o período histórico da ocupação data da década de 1970.

⁴Entrevista concedida à autora em Maio de 2014.

O terreno da Vila Autódromo pertencia ao Governo do Estado (Caixa Habitacional da Polícia Militar do Estado) que, em 1989, assentou na área famílias oriundas da comunidade Cardoso Fontes, após remoção de seu local de origem. Em 1994, a antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do Governo do Estado assentou mais 60 famílias na área, e, em 1997, concedeu a 104 famílias do núcleo central da comunidade Termos Administrativos de Concessão de Uso. No ano seguinte, a referida concessão de uso cedida por 99 anos, foi estendida também a famílias moradoras da faixa marginal da Lagoa. Após sete anos, em 2005, a Vila Autódromo foi demarcada, em parte, como Área de Especial Interesse Social (AEIS) pela Câmara Municipal⁵ (AMPAVA, 2012).

Em tempos recentes, porém, a prefeitura vem empreendendo sucessivas tentativas de remoção da Vila Autódromo, mas a comunidade vem resistindo à remoção por meio de sua mobilização social.

2.2 A criação da AMPAVA e o início da mobilização social

Acompanhando o processo de redemocratização do país, motivados pelo período de crescente participação social e seguindo o despertar dos movimentos sociais nos bairros e favelas do Rio de Janeiro, foi instituída, em 1987, a Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (a AMPAVA), que está localizada até hoje na principal Avenida da comunidade, a Avenida do Autódromo, onde se estabeleceram também as residências mais antigas do local.

⁵ A delimitação de uma AEIS estabelece a prioridade de uso para fins de moradia de baixa renda e a prerrogativa de elaboração de programas específicos de urbanização e regularização fundiária.



Figura 2: Sede da Associação de Moradores da Vila Autódromo. Foto: Anna Carla Ramos, maio de 2014.

Os investimentos na melhoria das residências se intensificaram quando foi concedida, em 1998, pelo Governo do Estado, à época proprietário do terreno, a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), consolidando o direito à moradia na localidade para grande parte das famílias e dificultando as ações de remoção movidas contra a população residente. No que diz respeito ao modo de habitação, na faixa marginal da lagoa se encontram tanto as residências mais precárias dos moradores com menor poder aquisitivo, quanto as mais bem estruturadas cujos moradores possuem CDRU, datadas da ocupação mais antiga. São essas casas que receberam grande investimento de seus ocupantes ao longo do tempo e que atualmente ostentam um padrão construtivo de boa qualidade e acabamento caprichoso. Em alguns casos, elas chegam a ter dois ou três pavimentos (GTAPM, 2013). Entretanto, essas diferenciações internas na Vila Autódromo são características que compartilham com muitos assentamentos populares, favelas e periferias do Rio de Janeiro, nada que escape ao padrão diversificado da cidade e de seus bairros. Ainda que não existam graves problemas de deslizamentos ou inundações devido à proximidade com a lagoa de Jacarepaguá e o canal

Pavuninha, foi sobre essa ocupação na faixa marginal que a Prefeitura construiu uma das suas primeiras justificativas para remover toda a localidade, qualificando-a como área de risco socioambiental.

Apesar disso, os moradores, através da Associação, acabaram conseguindo apoio do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) para a elaboração de planta com vistas à regularização do loteamento. Se, no início da ocupação, a localidade era uma área totalmente destituída de infraestrutura, com a criação e o empenho da AMPAVA, os moradores obtiveram documentação formal na Marinha e no IBAMA para os pescadores e se organizaram para implantar, com seu próprio esforço, serviços de infraestrutura e pavimentação. O próprio ponto de ônibus em frente à comunidade foi erguido através de uma organização popular. Essas iniciativas foram fundamentais para a comunidade, pois, as demandas dos moradores ao poder público para implantação de equipamentos públicos e infraestrutura não são atendidas.

Atualmente, a Vila Autódromo se estrutura em torno de 10 ruas e travessas, que seguiu um plano de alinhamento e respeitou o muro do autódromo sem utilizá-lo como suporte de novas construções (GTAPM, 2013). Essas ruas se irradiam a partir da Avenida do Autódromo que se desenvolve paralela ao muro que separa a localidade do autódromo. A comunidade abrigava, no início de 2014, cerca de 450 famílias, “em ocupação consolidada, heterogênea, com edificações de bom padrão convivendo com outras muito precárias” (VAINER et al, 2013, p.5). De modo geral, as casas são de alvenaria, parte delas sem revestimento, com baixa densidade, permeadas por alguns lotes vazios, além de uma sede para a Associação de Moradores e espaços de lazer e recreação, como uma quadra de futebol. O acesso à água, redes de esgoto e drenagem improvisados sinalizam a efetiva presença do coletivo de moradores enquanto agente urbanizador (AMPAVA, 2012).

3. As justificativas para a remoção e a resistência da Vila Autódromo

Apesar de ser uma ocupação em grande parte promovida pelo poder público, com muitos lotes regulares com títulos de Concessão de Direito Real de Uso, a Vila Autódromo vem sendo objeto de iniciativas de remoção desde o início dos anos 1990.

Neste capítulo, são apresentadas as diversas justificativas levantadas pela Prefeitura para a remoção total da comunidade, assim como as respostas e resistências da comunidade.

3.1 Primeiros argumentos para a remoção da comunidade.

Os argumentos usados pelo Governo para remoção da Vila Autódromo foram muitos e os mais variados, envolvendo assim, durante os anos, discursos em contradição. Todos os projetos tinham como principal finalidade remover as famílias e a comunidade em sua totalidade.

No início da década de noventa, a acelerada valorização dos terrenos da Barra da Tijuca ao longo dos anos setenta e oitenta trouxe como consequência a primeira tentativa de remoção da Vila Autódromo. Foi em 1993, quando uma Ação Civil Pública, ajuizada no Tribunal do Rio de Janeiro e movida pelo então subprefeito de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, Eduardo Paes, hoje atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, requereu a remoção total da comunidade baseando-se no argumento de que a Vila Autódromo causava “dano urbano, estético, visual e ambiental”. Como solução para essa investida, a Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo e seus coligados articularam uma defesa jurídica, usando argumentos que faziam referência sobre o que seria e o que define o que é feio e o que é bonito na cidade.

Em resposta à afirmação de que a comunidade trazia danos urbanos, os moradores elaboraram um projeto que garantia o recuo das casas e construções que ainda se encontravam na área de preservação permanente, que atinge menos de 5% da área da comunidade. Essa iniciativa impediu a

remoção da comunidade naquele momento e demonstrou assim, a total fragilidade dos argumentos Municipais.

Os anos se passaram e, em 1996, houve a segunda tentativa de remoção por parte da prefeitura, ainda durante a gestão do prefeito Cesar Maia e do subprefeito Eduardo Paes. No dia 13 de fevereiro, intensas chuvas se abateram sobre a cidade do Rio de Janeiro e, diante disso, a justificativa utilizada foi a de que a Vila Autódromo deveria ser removida por estar em “área de risco”. Como forma de intimidação, ameaçaram retirar e derrubar todas as casas da comunidade.

Entretanto, essa justificativa também foi contestada, uma vez que o risco em nenhum momento foi caracterizado⁶. Vale ressaltar também que, naquela ocasião, a Vila Autódromo fora beneficiada pelas disputas políticas entre os governos municipal e estadual, que culminou na renovação dos títulos de posse provisórios da comunidade por 99 anos feita pelo então governador Marcello Alencar e, mais uma vez, a comunidade foi preservada.

Passados esses momentos, no ano de 2002, a cidade do Rio de Janeiro foi eleita sede dos XV Jogos Pan-Americanos, que aconteceria no ano de 2007. Mas, esta candidatura vencedora foi diferente das anteriores, pois, a construção das instalações necessárias para viabilizar esse evento esportivo não iriam mais se concentrar em áreas consideradas “subutilizadas” tal como constava na proposta apresentada para os Jogos Olímpicos de 2004, na Ilha

⁶Curiosamente, segundo o Mapa de Sustentabilidade a Escorregamentos no Município do Rio de Janeiro, produzido pelo Instituto de Geotécnica do Município (Geo-Rio), quem apresenta áreas de alto e médio risco, além de grandes fragilidades ambientais, é justamente o terreno que a Prefeitura destinou para a construção do conjunto habitacional que vem recebendo moradores da Vila Autódromo em 2014. A área tem mais de 80 mil m² e fica ao lado da Estrada dos Bandeirantes, zona oeste da capital fluminense. Ela fica nos sopés do Maciço da Pedra Branca, formação rochosa na qual está o ponto mais alto do Rio de Janeiro: o Pico da Pedra Branca, que tem 1.024 m de altitude. Por suas características geológicas e a sua proximidade com a montanha, o espaço foi apontado como de médio risco no Mapa de Suscetibilidade de Escorregamento do Rio. O documento foi elaborado pela Geo-Rio após os desastres causados pelas fortes chuvas em 2010. Veja o mapa em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/ipp_viewer/?config=config/georio/escorrega.xml

do Fundão (FREIRE, 2013). Desta vez, as obras seriam em uma região distinta, de grande especulação imobiliária e expansão urbana, o que atraiu investimentos de empresas para amplos projetos imobiliários voltados para população de alto poder aquisitivo: a Barra da Tijuca. Durante a preparação para os jogos, três anos depois, em 2005, a Vila Autódromo sofreu uma nova ameaça de remoção, desta vez justificada pelo fato de que a localidade e adjacências seriam afetadas pelas obras de construção para os Jogos Pan-americanos.

No dia 12 de maio deste mesmo ano, em uma reunião na Prefeitura, onde se encontravam o Secretário Especial dos Jogos do Pan-Americanos, Ruy Cesar, o representante da Secretaria RIO 2007, Roberto Ainbinder, Sérgio Poggi, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo, Luiz da Mata, da Procuradoria Geral do Município, e a assistente social Maria Helena Salomão, foi acertado o cadastramento da Comunidade para remoção e preparado um documento que afirmava que a comunidade deveria ser removida em virtude dos Jogos Pan-Americanos .

As casas chegaram a ser marcadas para a remoção, mas, novamente, a mobilização dos moradores da comunidade tornou público seu direito à permanência no local, mostrando que possuem Concessão de Direito Real de Uso e, por isso, resistiriam às pressões realizadas pela prefeitura.

Em 2006, ainda em razão dos Jogos Pan-americanos, a retirada da Vila Autódromo voltou a ser colocada em pauta. Mas, o prefeito Cesar Maia, em sua terceira passagem pela prefeitura, acabou desistindo, após uma tentativa falha de fazer uma parceria público-privada (PPP) que arcasse com a manutenção do Autódromo de Jacarepaguá e a construção do Parque Aquático Maria Lenk, da Arena Multiuso e do velódromo ⁷. O desfecho dessa parte da história aconteceu no ano de 2007, com a realização dos jogos Pan-Americanos com todos os aparatos e instalações exigidos para que aconteça este evento internacional construídos, sem que nenhuma família da Vila Autódromo tivesse sido expulsa de sua casa.

⁷Fonte: Read more: <http://oglobo.globo.com/rio/favela-vila-autodromo-tambem-tem-casas-de-classe-media-2744508#ixzz3B6EPqGZ3>

3.2 Os Jogos Olímpicos de 2016 e a mudança do discurso da remoção

Os argumentos posteriores ocorreram de forma parecida com os expostos anteriormente, mas, dessa vez, em virtude de outro evento esportivo e de maior expressão, um verdadeiro megaevento mundial, as Olimpíadas de 2016, realizadas exclusivamente na cidade Rio de Janeiro.

Em outubro de 2009, com o anúncio da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão de 2016 no Rio de Janeiro, as ameaças de remoção da Vila Autódromo retornaram com força maior. Isso ocorreu porque a Barra da Tijuca receberia, segundo o documento oficial da candidatura, a maior parte das instalações e investimentos em infraestrutura de transportes, aumento da oferta habitacional privada e social, além da recuperação ambiental de lagoas e parques. O local escolhido para abrigar o maior conjunto de equipamentos para os Jogos foi exatamente o antigo Autódromo de Jacarepaguá, ao lado da Vila Autódromo, onde seria implantado o “Parque Olímpico”.

Antes mesmo de ter sido escolhido o projeto para o Parque Olímpico dos Jogos de 2016, no dia 2 de outubro, na Dinamarca, o Prefeito Eduardo Paes declarava novamente ser necessário remover a comunidade. Desta vez, a justificativa era de que a área seria destinada para a construção de um Centro de Mídia. Logo após, no dia 08 de outubro, a Prefeitura anunciava a “remoção de mais de 3.500 famílias de seis comunidades das Zonas Norte e Oeste, inclusive a Vila Autódromo. O Plano de Legado Urbano e Ambiental da Prefeitura afirmava que a área em que se localiza a comunidade, serviria para ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende” (LINS, 2013, p.8).

Aliado a isso, o Plano Estratégico de Governo 2009 – 2012, apresentado pelo prefeito Eduardo Paes em dezembro do ano de 2009, colocou entre suas metas a redução de 3,5% das áreas ocupadas por favelas no Rio de Janeiro (PCRJ, 2009).

E, por sua vez, a Vila Autódromo foi incluída em sua totalidade na relação de 119 favelas a serem removidas até o final de 2012 por “estarem em locais de

risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos”⁸ (O GLOBO, 2011).

Apesar disso, mais uma vez os moradores resistiram e reafirmaram seu direito, alegando não fazer sentido remover praticamente 500 famílias de suas casas, dos seus lares, para dar lugar a instalações temporárias de mídia. Apresentavam, entre seus argumentos também, o próprio projeto vencedor do concurso internacional promovido pela Empresa Olímpica Municipal em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) para a definição do plano urbanístico do Parque Olímpico, que não só previa a permanência da maior parte da Vila Autódromo, como evidenciava a existência de área suficiente para abrigar um centro de mídia nos 1,18 milhões de m² de área pública concedida à iniciativa privada para essas instalações.

Diante desse momento de conflito, a AMPAVA, com o apoio de movimentos sociais e demais colaboradores, se organizou para fazer frente às investidas da Prefeitura. Essa mobilização e movimentação culminaram em uma manifestação em frente à sede da Prefeitura, em 10 de Fevereiro de 2010, onde cerca de 200 pessoas manifestaram em frente à Prefeitura do Rio sua posição contrária à remoção de 119 favelas. Após esse anúncio, moradores e lideranças de comunidades formaram o Movimento “Olimpíadas Não Justifica Remoção”, para garantir seu direito à moradia e condições dignas de vida. “Queremos mostrar à sociedade que o objetivo da prefeitura é dividir a cidade para excluir as pessoas pobres e atender as necessidades das classes média e alta”, disse a moradora Jane Nascimento.

A mobilização fez com que o prefeito Eduardo Paes, recebesse para uma conversa, durante a tarde, uma comissão com 16 representantes de comunidades, dentre elas Vila Autódromo, Arroio Pavuna, Camorim, Canal do Anil, Taboinhas de Vargem Grande, Horto, Pau da Fome, além de Maria Lourdes, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, e Rossino Diniz, presidente da Federação das Associações de Moradores de Favelas do Rio

⁸ A relação com as comunidades foi divulgada em uma matéria do jornal O Globo no início do ano de 2010, entretanto, a publicação foi atualizada em Novembro de 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>

(FAFERJ). Nesta ocasião, foi marcada uma reunião para o mês seguinte, dia 3 de março, na Prefeitura do Rio.

Na reunião, representantes da comunidade se encontraram com representantes da Secretaria Especial Rio 2016, da Secretaria de Habitação (o então secretário Jorge Bittar, seu subsecretário e o diretor de planejamento) e da Defensoria Pública. Em determinado momento, o prefeito reafirmou os planos da prefeitura e apresentou uma nova justificativa para a remoção que, agora, visaria atender às exigências do Comitê Olímpico Internacional (COI)⁹, já que “as condições de segurança deveriam ser garantidas pela criação de uma área livre junto ao perímetro do Autódromo e a faixa marginal de proteção da Lagoa de Jacarepaguá” (GTAPM, 2013, p. 3).

Em referência a essa questão, a defesa da comunidade é a de que lá não há milícias, nem tráfico de drogas e que os condomínios residenciais de classe média alta, tão próximos quanto à Vila Autódromo da área reservada a construção do Parque Olímpico, não estão sendo ameaçadas de remoção por terem essa condição. É necessário esclarecer que a Vila Autódromo não oferece nenhum perigo para pessoas que desejam visitá-la, pois, não existe um “poder paralelo” naquela região e todos podem circular por suas ruas sem qualquer tipo de repressão ou medo.

Ao final da reunião, Eduardo Paes manifestou a possibilidade de um diálogo e buscas de alternativas para esta questão, mas deixou claro seu plano de remover compulsoriamente a comunidade para um local próximo, em um terreno a cerca de 1,5 km de distância. O Secretário de Habitação alegou que seria impossível urbanizar a área da Vila Autódromo pelo fato de ela se localizar entre dois rios. Já os representantes da Associação de Moradores da Vila Autódromo declararam sua decisão de continuar sua luta para permanecer na área e por seus direitos conquistados e enfatizaram não constituírem ameaças ao meio ambiente, nem à paisagem e segurança de ninguém.

⁹ Em nenhum documento relativo a compromissos assumidos entre o Governo Brasileiro e o Comitê Olímpico Internacional há menção específica à Vila Autódromo.

“Somos uma ameaça apenas a quem não reconhece a função social da propriedade e a função social da cidade. Ameaçamos quem quer violar nosso direito constitucional à moradia. Somos uma ameaça apenas para os que querem especular com a terra urbana e para os políticos que servem a seus interesses. Nossa história de luta tem agora continuidade no nosso Plano Popular da Vila Autódromo, que mostra, tecnicamente, que é possível urbanizar a Vila Autódromo e integrá-la à cidade”.

Associação de Moradores e Pescadores e Amigos da Vila Autódromo. (PPVA, 2012).

Tempos depois, em outubro de 2011, no edital oficial de licitação do Parque Olímpico, confirmou-se que o projeto vencedor reconhece a Vila Autódromo como Área Especial de Interesse Social, mostrando mais uma vez, que Jogos Olímpicos e Moradia Social podem ser compatíveis.



Figura 3: Parque Olímpico: Projeto vencedor do Plano Geral Urbanístico, fonte: RIO2016, 22/08/2011.

No ano de 2012, para realizar a licitação da concessão pública do Parque Olímpico¹⁰, que cede 75% da área pública para a incorporação de condomínios de alta renda, a prefeitura volta atrás em seus antigos argumentos de remoção, muda sua versão e declara que a comunidade não seria mais removida por conta do Parque Olímpico, mas sim para a construção de uma alça viária que ligaria grandes eixos viários a serem implantados: a Transolímpica e a Transcarioca.

Assim, em mais uma tentativa de legitimação da remoção, a Prefeitura apresentou um projeto viário que alterava a rota inicial do BRT Transcarioca, passando por cima da comunidade. Todavia, em todos os projetos e imagens apresentados publicamente pela prefeitura dos traçados da Transolímpica e Transcarioca, a ligação não passa por essa localidade. Inclusive no Relatório Ambiental Simplificado, o traçado da Transcarioca, já em implantação na época, não passava nem mesmo perto da Vila Autódromo. Essa alteração, irregular diante dos procedimentos de licenciamento ambiental, somente foi apresentada posteriormente quando a prefeitura teve que buscar mais uma justificativa para remoção da comunidade.

Diante da variedade de argumentos que foram sendo construídos para justificar a remoção, como forma de mobilização, surgiu entre os moradores a proposta de se criar um projeto de urbanização da Vila Autódromo, construído como alternativa à remoção, que viria a ser o Plano Popular da Vila Autódromo. Além

¹⁰ A licitação para construção do Parque Olímpico foi vencida pelo consórcio formado pelas empresas Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken S.A. De acordo com a Prefeitura, o “projeto de construção do Parque Olímpico prevê a instalação de equipamentos esportivos e novos empreendimentos que formarão um novo bairro residencial, referência em planejamento, acessibilidade e sustentabilidade para a cidade. Para a construção do Parque Olímpico, a Prefeitura do Rio de Janeiro firmou uma Parceria Público-Privada (PPP) e um acordo de cooperação técnica com o Governo Federal. A PPP, assinada com a Concessionária Rio Mais, tem duração de 15 anos e permitirá a construção e manutenção da infraestrutura do Parque Olímpico. A Concessionária Rio Mais, formada pelas construtoras Odebrecht Infraestrutura, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken, é responsável pela construção das instalações previstas na PPP que somam um investimento total de R\$ 1,4 bilhão.” (PCRJ, 2013).

disso, os moradores se organizaram e participaram de manifestações que reivindicavam a permanência da comunidade. Destacam-se, entre elas, a manifestação do dia 16 de agosto de 2012 e a manifestação do dia 20 de junho de 2012.

No final de 2012, em novembro, o prefeito Eduardo Paes apresenta o projeto Olímpico no qual não existia a tal alça viária. No lugar da Vila Autódromo estariam estacionamentos para o Parque Olímpico, o Centro de Mídia e estruturas provisórias. Em 2013,

“o secretário municipal de habitação solicitou ao secretário de estado de habitação a transferência do terreno da área denominada Vila Autódromo para o município do Rio de Janeiro, por esta estar inserida dentro do perímetro das intervenções programadas para as atividades das Olimpíadas. Em troca, a Prefeitura ofereceria, como opção de reassentamento das famílias, um conjunto residencial chamado Parque Carioca, composto por prédios com apartamentos, construído com recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal” (GTAPM, 2013, p.12).

O “Parque Carioca” seria construído em terreno situado na Estrada dos Bandeirantes nº 7276, bairro de Jacarepaguá, distante aproximadamente 1,5km da localidade. Segundo a Prefeitura,

“O empreendimento Parque Carioca, um dos projetos do Programa Minha Casa Minha Vida que será erguido no terreno situado à Estrada dos Bandeirantes 7.276, em Jacarepaguá, possibilitará a liberação da área, hoje ocupada pela comunidade Vila Autódromo, para instalação de parque esportivo, local onde serão realizadas mais de 50 competições dos jogos olímpicos, colocando esta Prefeitura diante da necessidade do cumprimento de prazos. A comunidade Vila Autódromo está situada em Faixa Marginal de Proteção FMP, vinculada à três rios e à Lagoa de Jacarepaguá. Trata-se de assentamento irregular, que carece de

infraestrutura, em curva de nível de 1(um) metro, sujeito , portanto, a frequentes alagamentos.” (IBIDEM, p.13)

3.3 A resistência da Vila Autódromo

A mobilização social, a organização, o ímpeto de populares em juntar forças e procurar ajuda da defensoria pública e assessoria técnica das Universidades para combater irregularidades, ameaças e violações de direitos feitas pelo governo têm surtido efeito. Entre as ações de resistência, destaca-se a elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo, que será discutido no quinto capítulo.

Contudo, antes, durante e depois do Plano, os moradores estiveram envolvidos em manifestações, atos públicos, reuniões com gestores municipais e uma série de outras iniciativas de resistência, inclusive no campo jurídico, que vem ocorrendo durante esse período de conflitos entre a Vila Autódromo e o governo municipal.

Um exemplo disso foi a manifestação ocorrida no dia 20 de junho de 2012 , quando acontecia a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, onde mais de 100 chefes de Estado se reuniram no Riocentro, na Barra da Tijuca, a cerca de 1 km da comunidade. A Campanha *“Viva a Vila Autódromo. Rio sem remoções!”* foi lançada oficialmente neste dia, dentro da manifestação ocorrida em apoio à comunidade, organizada como uma das atividades da Cúpula dos Povos, evento da sociedade civil que faz um contraponto às negociações oficiais no Riocentro e paralelo à conferência Rio +20. O protesto na Vila Autódromo reuniu defensores da comunidade, ameaçada de remoção pelas obras da Olimpíada de 2016, manifestantes de movimentos indígenas, representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), quilombolas, a pastoral de favelas, entre outros. Vale ressaltar também que muitas pessoas acompanharam a mobilização pela internet acessando ao vivo através de *streaming*.



Figura 4: Imagem da manifestação durante a Rio + 10. Fonte: Movimento Nacional de Luta para Moradia-RJ

Na noite do dia anterior, em 19 de junho, manifestantes de todo o país chegaram de ônibus na comunidade para juntar-se aos moradores e representantes de movimentos sociais e durante a madrugada produziram faixas e cartazes. No raiar do dia, helicópteros sobrevoavam a região e na porta do Rio Centro as tropas de choque da PM e do exército já aguardavam a chegada dos manifestantes. Pela manhã, cerca de mil pessoas se reuniram na comunidade.

Neste momento, manifestantes caminharam pela comunidade e depois chegaram próximo ao local onde se realizava a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Rio +20, no Rio Centro, fazendo barulho e tentando levar os problemas da comunidade para dentro da conferência sobre sustentabilidade. Em determinado momento, o então ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, foi até a manifestação e prometeu um encontro entre os manifestantes e representantes da ONU e do governo federal. A

manifestação foi pacífica, mas teve momentos de tensão, quando parte dos manifestantes, especialmente dos grupos indígenas, se aproximaram do bloqueio de homens do Exército e do Batalhão de Choque que os impedia de se aproximar do evento.

Outro dia importante e marcante em relação aos conflitos envolvendo a localidade e que elucida o combate à remoção, foi no dia 16 de agosto de 2012, com o comparecimento do então secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, à Vila Autódromo. Bittar apresentou aos moradores da Vila Autódromo um projeto do chamado Residencial Parque Carioca, local onde eles posteriormente seriam realocados. Feito com recursos provenientes do programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”, o conjunto habitacional deveria ficar pronto até 2013, mas no momento estava ainda em fase de licenciamento.

Durante o encontro, em que os moradores protestaram com faixas e cartões vermelhos, o secretário prometeu para a imprensa que “nenhuma família sairá da Vila Autódromo antes de os apartamentos estarem prontos. Nossa expectativa é que as obras estejam concluídas em cerca de um ano e meio. Hoje, nosso objetivo era esclarecer a comunidade sobre o processo de reassentamento”. (Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro, 2012)

4. A estratégia da remoção: as ações do Poder Público e o apoio da mídia.

No capítulo anterior, vimos como o governo municipal utilizou os mais variados argumentos para legitimar suas iniciativas para a retirada dos moradores da Vila Autódromo de suas casas.

Neste capítulo, será apresentado como a Prefeitura se organiza e mobiliza diferentes setores para promover a remoção da comunidade. Como as ações do governo municipal foram largamente apoiadas pela grande mídia, foi dedicado um tópico específico sobre o seu papel nesse processo.

4.1 O papel do Poder Público no processo de remoção da Vila Autódromo

Como se vê no quadro a seguir, a Prefeitura mobilizou diferentes setores em suas pressões para remoção da Vila Autódromo.

Em 1993, os moradores sofreram a primeira ameaça de remoção, através de uma Ação Civil Pública movida pelo então subprefeito de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca, Eduardo Paes (atual prefeito da cidade), baseada no argumento de que a Vila Autódromo causava “dano urbano, estético e ambiental”.

Passados alguns anos e distintas tentativas de remoção, em 2004, o decreto municipal nº 24422 de 22 de julho, autoriza a realização de licitação por concorrência pública internacional e cria o Grupo de Acompanhamento da Implantação do Parque Olímpico do Rio, previsto para ser construído no terreno do autódromo. Durante esse período, os moradores foram surpreendidos com a realização de um cadastramento da Secretaria Municipal de Habitação, que se revelou como sendo parte da ação da Prefeitura para subsidiar a tentativa de remoção.

Já em 12 de maio 2005, houve uma reunião na Vila Autódromo em que estavam presentes o então Secretário Municipal de Urbanismo Sérgio Poggi e representantes dos jogos Pan Americanos. Naquela ocasião, foi acertado o cadastramento da Comunidade para remoção, justificada agora pela realização

dos Jogos Panamericanos de 2007. Entretanto, os jogos foram realizados sem que nenhuma família fosse retirada da comunidade.

Mais tarde, em dezembro 2009, foi lançado pela prefeitura o Plano Estratégico de Governo, em vigor até 2012. Entre as suas metas, o Plano apresentou a redução de 3,5% das áreas ocupadas por favelas na cidade... Cerca de 119 favelas foram listadas para serem removidas até o final de 2012 por estarem “em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos”, constavam na lista: a Favela do Metrô, vizinha ao Estádio Jornalista Mário Filho (vulgo Maracanã), e a Vila Autódromo, ambas diretamente afetadas pelas obras de preparação para os megaeventos esportivos. Após a apresentação do Plano, em 2011, o prefeito do Rio de Janeiro encaminhou um Ofício (Ofício GP nº 278 de 29 de julho de 2011) ao Governador do Estado, consultando acerca da possibilidade de revogação dos Termos de Concessão de Uso dos imóveis integrantes do Lote 1 do PAL 27.795 e lote 2 do PAL 29.656, concedidos anteriormente pelo próprio Estado do Rio de Janeiro. Como não obteve resultado favorável, posteriormente, em 2013, a Prefeitura entrou com pedido de transferência da área da Vila Autódromo para o município do Rio de Janeiro.

Ainda em agosto de 2011, o concurso internacional promovido pela Empresa Olímpica Municipal em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil para se definir o plano urbanístico do Parque Olímpico, teve como vencedor arquitetos de Londres, profissionais da empresa Aecom. Neste mesmo ano, no mês de outubro, o Secretário Municipal de Habitação (Jorge Bittar) esteve na comunidade para convencê-los de que a saída seria a única opção, prevendo o início do cadastramento para remoção no dia 19 do mesmo mês. Em reunião, Bittar apresentou ainda a proposta de realocação dos moradores em um conjunto habitacional a ser construído na região. A justificativa para a desapropriação da área recaía então sobre as exigências do COI (Comitê Olímpico Internacional).

O vencedor da licitação para a construção do Parque Olímpico para os Jogos de 2016, no Rio de Janeiro, foi conhecido em março de 2012, o vitorioso foi consórcio formado pelas construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez e

Carvalho Hosken, com uma proposta de R\$ 525 milhões, valor a ser desembolsado pela prefeitura carioca. A parceria público-privada que a Prefeitura do Rio assinou com as empreiteiras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken prevê a transferência de mais de 1 milhão de m2 para o consórcio após os Jogos. No terreno serão construídos condomínios e hotéis de luxo, como consta no edital de licitação. Parte da área da Vila Autódromo faz parte da PPP e seria repassada às empreiteiras.

Em fevereiro de 2013, a Secretaria de Habitação informava que já tinha iniciado as obras de construção do condomínio Parque Carioca, na Estrada dos Bandeirantes, em Curicica, com 900 unidades habitacionais para receber os moradores da Vila Autódromo e de outras comunidades, tudo dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. Declarava-se, então, que a previsão era que o condomínio ficaria pronto em 2014 e que as remoções só ocorreriam depois que o local fosse entregue.

Contratados da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), liderados por Marli Peçanha (assessora do gabinete do prefeito Eduardo Paes), entraram na Vila Autódromo em março de 2013, e foram de porta em porta pressionando os moradores a se inscreverem para o reassentamento no condomínio Parque Carioca. Segundo informação do licenciamento realizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo, o conjunto dos quatro lotes do terreno do Parque Carioca abrigariam quatro condomínios totalizando 960 unidades habitacionais. Já o número de unidades habitacionais da Vila Autódromo, contabilizado pela SMH em 2013, totalizava 514 unidades, tal como citado em ofício encaminhado à Procuradoria de Urbanismo e Meio-Ambiente da Procuradoria Geral do Município. Também foi identificado a existência de vinte e quatro estabelecimentos comerciais na localidade, entretanto, não estão contemplados na proposta de reassentamento das famílias em um condomínio.

A partir de fevereiro de 2014, funcionários da Secretaria de Habitação e da Caixa Econômica Federal (CEF) empreenderam ações para tirar dúvidas dos moradores sobre como seriam feitas as realocações. A convocação se daria à medida que não houvesse mais pendências de documentação para a concessão dos títulos. Os moradores também foram avisados de que as casas

da Vila Autódromo, ao serem desocupadas, seriam demolidas imediatamente, “para evitar invasões”, de acordo com os funcionários.

No quadro sintético apresentado a seguir, são apontadas as principais ações feitas por órgãos da Prefeitura. Entretanto, é necessário identificar outros órgãos governamentais fundamentais que participaram, em momentos específicos, deste processo e, mesmo tendo um papel de menor expressão, também foram importantes para o caso. Entre os outros órgãos municipais também envolvidos estão a Fundação Rio Águas, que defende a remoção da Vila Autódromo com base na justificativa ambiental, a Secretaria de Transporte e a Secretaria de Obras. Pode-se destacar também a Fundação GEORIO, que fez, em 2010, uma classificação de médio e alto risco do terreno da Estrada dos Bandeirantes que abrigaria o Parque Carioca no “Mapa de Suscetibilidade ao Escorregamento”, o que evidencia uma situação socioambiental precária da área. Por outro lado, a Caixa Econômica federal - órgão da União -, além de apoiar a Prefeitura no fornecimento de determinadas informações aos moradores da Vila Autódromo, financia e viabiliza projetos habitacionais do Governo, como o Parque Carioca.

Vale ressaltar, também, a presença da polícia militar nas várias manifestações feitas pelos moradores da Vila Autódromo e a ação da Defesa Civil que em uma investida conjunta com a Subprefeitura, em junho de 2013 - em meio a grande agitação promovida pela série de manifestações, que se espalharam por todo o Brasil -, teriam ido até a comunidade notificar e confirmar que quatro casas que estavam passando por reformas seriam demolidas no dia seguinte à notificação, que foi feita neste mesmo dia aos residentes.

Enfim, para viabilizar a remoção da Vila Autódromo, os mais variados órgãos foram usados, incluindo diversas esferas do Estado Brasileiro, com instituições federais, estaduais e municipais. Um caso interessante sobre este processo é o da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, órgão que apoiou a luta dos moradores durante a maior parte do tempo, mas que teve papel ambíguo exatamente nessa fase final.

Havia uma liminar da Defensoria na Justiça determinando que as casas desocupadas pelos moradores que desejam ir para o Parque Carioca só

poderiam ser demolidas após a apresentação de um plano de urbanização para os que desejassem ficar na comunidade. Porém, em uma manobra política, a prefeitura anunciou que com essa liminar em vigor não poderia entregar as chaves dos novos apartamentos. Por meio dessa afirmação, houve uma tentativa de gerar conflitos e atritos entre moradores que desejam sair e os que desejam ficar. Entretanto, em nenhum momento a liminar impedia a mudança dos que queriam sair.

Quadro II. Principais ações da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro relacionadas à remoção da Vila Autódromo

Órgão	Atribuição	Principais Ações	Data
Secretaria Municipal de Habitação (SMH)	Atua na urbanização e regularização de favelas e loteamentos, ao mesmo tempo que promove a construção de moradias para famílias que ganham de 0 a 10 salários mínimos, com prioridade para as que ganham de 0 a 3 s. m.	Realização de Cadastramento na comunidade	2004
		Realização de Reunião.	Out 2004
		Visita do Secretário à Comunidade.	Out 2011
		Divulgação do início das obras do condomínio Parque Carioca	Fev 2013
		Envio de funcionários contratados para visita e pressão domiciliar .	Mar 2013
		Solicitação ao governo do estado transferência do terreno da Vila Autódromo para o município do Rio de Janeiro.	2013
		Levantamento de campo, com identificação das unidades habitacionais e estabelecimentos comerciais na Vila Autódromo.	2013
		Realização de ação conjunta com a Caixa Econômica Federal para tirar dúvidas mudanças para o Parque Carioca	Fev 2014
		Participação nas reuniões e negociações durante todo o processo	2010- 2014
Secretaria Municipal de Urbanismo	Órgão municipal designado a estabelecer as diretrizes do planejamento, acompanhamento e	Elaboração do Projeto de Alinhamento da Vila Autódromo	2005/2013
		Participação em Reunião	12/05/2005
		Licenciamento do condomínio Parque Carioca	2012

	controle da política urbana da cidade.	Participação nas reuniões e negociações durante todo o processo de remoção.	2010- 2014
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Órgão central do Sistema Municipal de Gestão Ambiental. Atua no licenciamento ambiental e na fiscalização das atividades potencialmente poluidoras.	Participação nas reuniões e negociações durante todo o processo de remoção. Coordenação das discussões na fase de “negociação” final com os moradores.	2010- 2014
		Retirada de árvores na Vila Autódromo.	2014
Prefeito e seu Gabinete	O Gabinete do Prefeito é o órgão responsável pela secretaria e assessoria direta ao Prefeito e pela realização de determinadas atividades especialmente designadas.	Primeira manifestação de Intenção de remover a comunidade Vila Autódromoda área que ocupa.	1993
		Decreto municipal nº 24422 de 22 de julho.	Jul 2004
		Elaboração do Plano Estratégico de Governo.	Dez 2009
		Solicitação de revogação dos termos de concessão de uso das famílias da Vila Autódromo.	2011
		Licitação para construção do parque olímpico	Mar 2012
		Assinatura de uma parceria público-privada com as empreiteiras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken.	2012
		Apresentação de projeto viário	2012
		Apresentação do Projeto Olímpico.	Nov 2012
		Envio de funcionários contratados para visita e pressão domiciliar	Mar 2013
		Pedido ao Secretário Estadual de Habitação a transferência da área da Vila Autódromo para o município do Rio de Janeiro.	2013

		Participação nas reuniões e negociações durante todo o processo de remoção.	2010- 2014
Sub Prefeitura da Barra e de Jacarepaguá	Funciona como canal de interlocução entre a população e o Prefeito, acionando os órgãos competentes na resolução de problemas. É responsável pelas Administrações Regionais da Barra, Jacarepaguá e Cidade de Deus.	1ª Ação Civil Pública contra a Vila Autódromo	1993
		Notificação de Demolições de Casas.	Jun 2013.
		Participação das reuniões na fase de “negociação” com os moradores	2013
		Promoção de reuniões com Defensoria Pública e moradores na fase de remoção	2014
Empresa Olímpica Municipal(EOM)	Empresa pública de capital fechado, vinculada ao gabinete do Prefeito e com duração até dezembro de 2016. Atribuição: coordenar a execução das	Promoção do Concurso Internacional do Plano Urbanístico do Parque Carioca	2011
		Detalhamento do Projeto Olímpico	2014
		Participação das reuniões na fase de “negociação” com os moradores	2013

	atividades e projetos municipais relacionados à realização das Olimpíadas.		
Procuradoria Geral do Município (PGM)	Órgão gestor do Sistema Jurídico Municipal, responsável pela defesa judicial e extrajudicial do Município do Rio de Janeiro, pela consultoria jurídica dos órgãos municipais e inscrição e cobrança da dívida ativa municipal.	Promoção de Ação Civil Pública para solicitação de revogação dos termos de concessão de uso das famílias da Vila Autódromo. Autuado Processo E-12/2058/2011.	



Figura 5: Visita ao Parque Carioca . Foto: Anna Carla Ramos, em Maio de 2014.

O caso se torna ainda mais embaraçoso ao analisarmos a atuação da Defensoria Pública. Levando em conta que a liminar que impedia a demolição havia sido conseguida pelo trabalho da própria Defensoria, que atuava para que aqueles que decidiram ficar na comunidade não fossem obrigados a conviver com os escombros e lixos deixados pela prefeitura sempre que ela realiza remoções. Mas, o próprio defensor público geral Nilson Bruno interferiu no caso, pedindo a revogação da liminar, passando por cima da autonomia das suas próprias colegas de profissão, as defensoras públicas titulares do Núcleo de Terras, Adriana Magalhães Bevilaqua e Maria Lúcia de Pontes, que cuidavam do caso. Essa atitude fez com que se tornasse notório o “racha” interno na Defensoria.



Figura 6: Escombros de casas demolidas na Vila Autódromo. Foto: Anna Carla Ramos, em Maio de 2014.

Em 26 março de 2014, a Prefeitura do Rio começou a derrubada das casas de moradores da comunidade que aceitaram a mudança para um conjunto habitacional. À revelia da comunidade, a Defensoria Pública agiu em favor da prefeitura, o que nos mostra um cenário de retrocesso democrático muito grande e um fato absurdo no judiciário Brasileiro. Entretanto, dentro da Defensoria, até hoje, as defensoras Maria Lúcia, Adriana Magalhães e outros continuam a defender os interesses dos moradores da Vila Autódromo, enquanto a chefia da instituição apoia a Prefeitura.

4.2 O papel da mídia

Neste contexto de remoção da Vila Autódromo, é importante mencionarmos o papel da imprensa e da mídia em geral no que diz respeito a notícias publicadas sobre o assunto. Por ser formadora de opinião, a imprensa necessariamente deveria tratar a informação com mais responsabilidade e ser totalmente imparcial independentemente do tipo de poder que esteja envolvido

no conflito. Assim, deveria tentar ao máximo não cometer injustiças e não se deixar influenciar por interesses pessoais e privados.

É importante destacar que a comunidade da Vila Autódromo teve um espaço significativo em publicações na mídia alternativa e internacional. Entretanto, seu espaço em jornais de grande circulação nacional como o jornal *O GLOBO* e *O DIA* é muito menor, e as matérias são quase sempre negativas e favoráveis à remoção. Na verdade, essa grande mídia funcionou mais como um canal de divulgação da Prefeitura, quase uma assessoria de imprensa informal. *O GLOBO* não publicou nenhuma das muitas manifestações da Vila Autódromo, porém, fez matérias com o Prefeito relacionadas à Vila Autódromo.

Enquanto isso, foi significativa a exposição do caso em importantes veículos da mídia internacional, como o *The New York Times*, *Le Monde Diplomatique*, *The Guardian* e *El País*, além da importante ação de plataformas internacionais de direitos humanos que colocam em sua pauta a questão do respeito aos direitos humanos e questionam a imagem internacional do projeto de cidade olímpica.

Em relação às mídias alternativas, destacam-se a Revista Radis, que publicou, entre outras, uma reportagem com o título “Luta contra a remoção na Vila Autódromo” e o site de notícias *RioOnWatch*, que evidencia e exterioriza o reconhecimento internacional da Vila Autódromo por sua luta criativa e dedicada contra a remoção.

A luta da comunidade já foi destaque de importantes eventos internacionais de resistência, o que coloca o conflito nas escalas nacional e internacional. Em novembro de 2012, a Vila Autódromo foi visitada pelo Grupo de Trabalho sobre Megaeventos da Comissão Especial sobre Moradia Adequada, constituída pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, presidido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e momentos como esse proporcionam cada vez mais respaldo e força para essa constante luta.

A própria Vila Autódromo tem sua mídia comunitária, incluindo a criação de um boletim informativo e o blog da comunidade. Com estas ferramentas, a comunidade divulga materiais que expõem e revelam seu caso. Encontram-se dentre as publicações do Blog da Comunidade uma matéria do *The New York Times*, de março de 2012, que deu destaque para uma reportagem sobre a

situação dos cidadãos brasileiros enxotados de suas moradias por se encontrarem no caminho das obras da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Constam também a matéria da *Carta Capital*, que denunciou as remoções forçadas em uma de suas edições, e referências ao blog da então Relatora Especial da ONU Raquel Rolnik, onde a urbanista contesta ações do governo. Em texto com o título “Remoção de parte da Vila Autódromo, no Rio: não existe outra alternativa?”, Rolnik denunciou também as autoridades municipais envolvidas na operação, apontando que o processo de remoção desrespeita a legislação e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil para a defesa dos direitos humanos¹¹.

Como aponta o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro,

“Desde o momento em que foi anunciada a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, a grande imprensa, políticos e diversos analistas têm ressaltado as oportunidades da ampliação dos investimentos na cidade, destacando as possibilidades de enfrentamento dos seus grandes problemas, como o da mobilidade urbana e o da recuperação de espaços degradados para a habitação, comércio e turismo, como é o caso da sua área central. Nesse contexto, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desenvolve e anuncia o projeto da Cidade Olímpica, com o objetivo de acabar com a cidade partida, integrar, levar dignidade à população”.

Em relação aos veículos da grande imprensa nacional, podemos constatar que o jornal *O Globo*, um de seus maiores representantes, não coloca como pauta de suas matérias questões conflituosas e polêmicas emergidas no cenário atual de remoções forçadas feitas pela prefeitura do Rio de Janeiro. Não demonstra interesse algum em mencionar casos de vítimas de remoções que não foram indenizadas, de famílias que são forçadas a saírem de suas casas por motivos claramente inconsistentes e falar sobre o total descaso com os

¹¹ Blog da Raquel Rolnik : <http://raquelrolnik.wordpress.com/>

direitos humanos no momento das remoções. Ao invés disso, divulga o que a prefeitura vem fazendo ou o que ela informa para a população¹².

Um episódio interessante que ocorreu envolvendo a grande imprensa nacional, foi o fato dela não fazer alusão a uma importante conquista da Vila Autódromo: o primeiro lugar no concurso *Deutsche Bank Urban Age Award* (DBUAA), em Dezembro de 2013, importante prêmio internacional que reconhece e celebra iniciativas criativas para as cidades, com o “Plano Popular da Vila Autódromo”.

Diante deste episódio, a imprensa simplesmente se silenciou e não concedeu o seu devido destaque. No entanto, verifica-se uma posição no mínimo suspeita em relação a que lado essa imprensa está, o quão influenciada ela é e a quem realmente serve.

O papel da mídia, seja ela qual for, deveria ser informar com seriedade, independente de tudo, sem descriminar qualquer situação, mas sabemos que não é isso que acontece. Ao divulgar notícias totalmente deturpadas, de algum modo isso acaba influenciando aquele que a recebe.

"A relação entre linguagem e política está também relacionada à luta pela hegemonia, na medida em que pode significar o domínio dos mais cultos sobre os menos cultos, dos grupos dominantes sobre as classes dominadas através de diferentes mecanismos como a mídia".
(SIMIONATTO, 2009).

Assim, cabe ao indivíduo fazer uma distinção do que assimilar para si em cada informação, verificar suas fontes para se inteirar da realidade dos fatos e decidir como agir perante uma situação de notícias manipuladas para, enfim, formar sua própria opinião sobre o fato.

Como diz o Blog Comunidade Vila Autódromo,

¹² Ver as matérias “Prefeitura do Rio inicia em março remoção da Favela Vila Autódromo, e Moradores serão levados para condomínio popular em Jacarepaguá” <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-do-rio-inicia-em-marco-remocao-da-favela-vila-autodromo-11653156> ou “Moradores da Vila Autódromo se inscrevem para receber apartamento no Parque Carioca”. <http://www.rio.rj.gov.br/web/sbj/exibeconteudo>;

“No mais, vale reconhecer, a mídia tem sido eficaz na manipulação das informações quando não na omissão dos fatos, de sorte a se fortalecer na convicção de que eventos por ela não noticiados simplesmente não se deram. É o resultado inescapável do conluio automático, tácito, instintivo eu diria, que se estabelece entre barões midiáticos e fiéis sabujos quando consideram ameaçado seu desabusado apreço pelo status quo. Encarada deste ângulo, é mídia de mão única, daí a eficácia da doutrinação. E esta, de certa forma, transcende as expectativas, pois os próprios doutrinadores se tornam doutrinados, ao acreditarem, eles mesmos, na situação definida por aquilo que relatam ou deixam de relatar. Não é necessário espremer as meninges para perceber o quanto o Brasil emburrece, não bastassem as taxas de ignorância atingidas por nosso ensino em todas as suas instâncias. Este que escreve tem a frequente oportunidade de constatar que os nossos universitários, em diversos rincões, ignoram a história recente, e nem se fale da antiga, salvo surpreendentes exceções

A aposta, no entanto, é esta exatamente, na ignorância da plateia, e nela se afogam em perfeita concomitância os jornalistas e seus patrões, em proveito do “deixa como está para ver como fica”. Certo é que o caminho das obras da Copa e das Olimpíadas se escancara com o sacrifício de incontáveis cidadãos para a felicidade de empreiteiros, políticos e quejandos. Quanto aos enxotados, disse cidadãos, mas terão eles consciência da cidadania? Vexado por uma opção fortemente populista, haverá quem consiga abrir os olhos para assistir ao assalto aos cofres públicos, de proporções nunca dantes navegadas. A maioria, entretanto, mais uma vez ou não enxerga ou se resigna, como se o enredo estivesse escrito nas estrelas.” (Disponível em : Blog Comunidade Vila Autódromo, 9 de Março de 2012.)

Segundo a própria Associação de Moradores, a comunidade sequer costuma ser comunicada oficialmente sobre as supostas causas de seu reassentamento, descobrindo-as na maioria das vezes por intermédio da imprensa. Além, é claro, de conviverem com promessas e discursos

contraditórios e falaciosos de seus governantes todas as vezes que se dispõem a ouvi-los e a negociar um acordo em relação à remoção ou não das suas casas na Vila Autódromo.



Figura 7: Visita à Vila Autódromo. Foto: Anna Carla Ramos, Maio de 2014.

5. O Plano Popular da Vila Autódromo

Diante das diversas ameaças da Prefeitura à remoção da Vila Autódromo, a Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA) procurou ajuda nas Universidades Federal Fluminense e Federal do Rio de Janeiro. Assim, assessoraram e colaboraram com os moradores, professores, alunos e pesquisadores do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (ETTERN/UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPH/UFF), constituindo-se então o Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual (NEPLAC).

Essa iniciativa da AMPAVA foi motivada pela ideia de produzir, de forma autônoma, um projeto alternativo que viabilizasse a permanência da comunidade, um plano popular para a Vila Autódromo. Partindo do princípio de que, em suas justificativas de remoção, a Prefeitura se apoia em uma argumentação “técnica”, uma contraproposta exigiria apoio de instituição com capacidade científica e técnica reconhecida, como as universidades. É necessário ressaltar, contudo, que, posteriormente, com o desenvolvimento do plano, outras entidades e colaboradores foram se integrando no apoio à comunidade.

A realização do Plano contou com levantamentos de campo, assembleias e oficinas de diagnóstico e discussão de propostas com a participação dos moradores da Vila Autódromo. Durante as discussões em oficinas de propostas, foi utilizada a metodologia de debate por eixo temático (Habitação e Saneamento; Transporte, acesso a serviços públicos, lazer e cultura; Mobilização, organização popular e comunicação), para que, desta forma, fossem identificados os principais problemas, as necessidades, reivindicações e desafios a serem enfrentados pela comunidade. E assim, foram discutidos alternativas de soluções para cada um dos eixos propostos (PPVA, 2012).

Uma das questões mais polêmicas tratadas no Plano envolvia a ocupação da área marginal da Lagoa de Jacarepaguá e o reassentamento da população residente em áreas dentro da própria Vila Autódromo.

A partir dos relatos dos grupos nas oficinas, a assessoria universitária passava para o papel a sistematização e detalhamento de propostas e alternativas, buscando assim, soluções técnicas que correspondessem às necessidades apontadas. Deste modo, foi surgindo a versão preliminar do Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA) aprovada em 18 de dezembro de 2011 (PPVA, 2012).



Figura 8: Assembleia Geral na Vila Autódromo. Fonte: IBASE

As soluções encontradas no PPVA, entre outras coisas, têm como finalidade: viabilizar a permanência dos moradores naquele local e encontrar formas possíveis de mobilização comunitária para avançar na execução das propostas do Plano, que tem como ideal mostrar que planejamento popular é possível (IDEM, 2012).

Para a comunidade e seus residentes, o Plano Popular da Vila Autódromo, marca um passo adiante nesta longa luta de resistência, além, é claro, de ser

mais um instrumento de resistência contra as investidas do governo. É neste Plano que eles afirmam a sua existência e asseguram o direito que cada um tem de continuar existindo ali e, ainda mais do que isso, o seu direito de moradia em condições adequadas de urbanização e serviços públicos, com desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural.

Em Janeiro de 2012, durante uma assembleia de moradores, foi instaurado o Conselho Popular do Plano, que tem como função, aprofundar as discussões das alternativas. As escolhas fundamentais são decididas pela Assembleia (PPVA, 2012).

Outra forma de comunicação usada para estreitar a relação entre a totalidade dos moradores e o grupo de assessoria, feita por iniciativa da Associação e do Conselho em fevereiro deste mesmo ano, foi a criação de uma comissão reunindo representantes por rua. A referida comissão tinha como finalidade discutir ações para melhoria da qualidade de vida na comunidade, como tratamento adequado de resíduos sólidos, melhoria do saneamento básico, etc.

Em decorrência das decisões tomadas em assembleias no dia 11 e 18 de março e 03 de junho, foram feitas revisões e detalhamentos mais aprofundados no Plano (PPVA, 2012), o que acarretou modificações na sua versão preliminar, principalmente no que tange ao Programa Habitacional. Assim, a versão final do Plano Popular da Vila Autódromo foi aprovada em 05 de agosto de 2012.



Figura 9: Capa do Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA, 2012)

O Plano Popular da Vila Autódromo antevê a permanência de todos os moradores, prevendo o reassentamento, na própria comunidade, de alguns que moram em casas localizadas na faixa marginal de proteção da Lagoa de Jacarepaguá. O Plano é norteado de acordo com princípios e objetivos que serão citados a seguir:

“1 O PPVA é resultado e expressão da luta dos moradores da Vila Autódromo. São os moradores que decidem sobre os objetivos, programas, projetos, alternativas e prioridades.

2 O PPVA afirma o direito e a possibilidade da permanência da comunidade na área atual e rejeita a remoção involuntária de qualquer morador.

3 Todos os atuais moradores da Vila Autódromo terão acesso a moradia adequada dentro da comunidade, independentemente de sua condição de ocupação atual, área ocupada e renda.

4 Todos os atuais moradores da Vila Autódromo terão acesso a serviços e equipamentos públicos e a atendimento às necessidades de saúde, educação e assistência social.

5 Todos os atuais moradores da Vila Autódromo terão garantia de condições adequadas para a realização de atividades econômicas dentro da comunidade, e condições de transporte e acessibilidade para o trabalho.

6 Todos os atuais moradores da Vila Autódromo terão garantia de acesso a espaços públicos e condições para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte e lazer na comunidade, e condições de acesso aos equipamentos públicos da cidade;

7 O PLANO afirma dos direitos dos moradores à moradia e assegura a integração da comunidade à cidade e aos bairros vizinhos.

8 O PPVA e a comunidade da VILA AUTÓDROMO estão abertos à colaboração de outros setores da sociedade e outros movimentos, nacionais e internacionais, que lutam contra as remoções, pelo direito à moradia e à cidade.

9 O PPVA afirma à sociedade e às autoridades públicas a competência, criatividade e força dos moradores da Vila Autódromo.

10 O PPVA é parte da luta de todas as comunidades da cidade do Rio de Janeiro, do Estado e do país contra a violação do direito à moradia e pelo respeito dos direitos humanos pelos projetos voltados para a Copa 2014 e os Jogos Olímpicos 2016¹³“. (AMPAVA, 2012, p.1)

O Plano Popular prevê, dentre outras coisas, a implantação de rede de esgotamento sanitário em toda a comunidade, a recuperação da faixa marginal

¹³O Plano Popular da Vila Autódromo, que pode ser encontrado em sua íntegra no link:

<http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaautodromo.pdf>

da Lagoa de Jacarepaguá, a criação de novas áreas comunitárias de esporte e lazer e a construção de unidades habitacionais para reassentar, na própria comunidade, moradores com casas precárias, na faixa de proteção ou em situação de vulnerabilidade em função de cotas muito baixas. Além, de vantagens no tamanho das novas unidades habitacionais com relação àquelas do conjunto da Prefeitura, as menores unidades, de 58m², tem possibilidade de ampliação para até 93m², já considerando um eventual crescimento da família. A área média das unidades oferecidas pela Prefeitura é de apenas 49m². (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012).

De acordo com a assessoria técnica do Plano,

“O Plano Popular da Vila Autódromo constitui um extraordinário exemplo de democracia, luta, resistência e competências cidadãs. Cabe agora à Prefeitura, Comitê Olímpico Internacional e autoridades públicas adotarem esse plano e abandonarem seus projetos de remoção e segregação social”.

Carlos Vainer professor do IPPUR/UFRJ

“O Plano Popular contém propostas construídas pela comunidade, que comprovam ser possível manter a Vila Autódromo. Trata-se de uma alternativa muito mais econômica, que respeita a legislação ambiental e os direitos humanos. A Prefeitura não tem argumento para adotar outro caminho. O Rio de Janeiro tem a oportunidade de mostrar ao mundo que é possível sediar grandes eventos com justiça social. Será muito ruim para a imagem da cidade se o poder público manter a decisão de remover Vila Autódromo, para benefício da especulação imobiliária e de outros interesses econômicos poderosos”.

Regina Bienenstein, professora titular do Departamento de Arquitetura/UFF¹⁴ (Comitê Popular Copa e Olimpíadas, 2012).

¹⁴ Carlos Vainer e Regina Bienenstein, coordenaram a assessoria técnica do IPPUR/UFRJ e do NEPHU/UFF. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=1442>

No dia 16 de agosto de 2012, membros da AMPAVA e seus colaboradores apresentaram o seu Plano Popular em uma audiência com o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

Na entrada do prédio da prefeitura, o presidente da associação de moradores da Vila Autódromo, Altair Guimarães, falou um pouco das inúmeras tentativas de remover a comunidade, criticou a inoperância do poder judiciário ao tratar a questão das remoções de favelas para os megaeventos e ainda declarou que o município do Rio de Janeiro se transformou em uma cidade com espaços somente para os ricos.

Em audiência, a AMPAVA solicitou que o seu projeto fosse implementado, em lugar da remoção forçada. Na ocasião, o prefeito comprometeu-se em analisar o documento e emitir uma resposta no prazo de 45 dias. No entanto, os moradores não receberam nenhum retorno após esse dia.



Figura 10: Entrega do Plano Popular da Vila Autódromo. Fonte: <https://comitepopulario.wordpress.com/tag/mobilizacao/>

Segundo Altair Guimarães, presidente da AMPAVA:

“O que eu disse ao prefeito é que ele tem a chance de mostrar para o mundo que o Rio pode fazer uma Olimpíada diferente, sem maltratar seu povo, ao contrário do que aconteceu em outras sedes de grandes eventos que fizeram remoções.”

Na ocasião, foi proposta ao Prefeito a constituição de um Grupo de Trabalho Técnico-Profissional, com representantes de entidades idôneas envolvidas com questões relativas ao desenvolvimento urbano, desenvolvimento social e à moradia, para que, deste modo, fosse elaborado um laudo técnico, onde seriam avaliados os planos da municipalidade – a remoção para o Parque Carioca - e da AMPAVA – o Plano Popular da Vila Autódromo.

Entretanto, segundo moradores, o prefeito nunca atendeu ao pedido de análise e não deu resposta à solicitação feita por eles. Em razão disso, a AMPAVA convidou algumas entidades competentes para formar o Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar (GTAPM), que tinha como missão produzir seu parecer sobre o caso.

Aceitaram o convite e integraram o GTAPM as seguintes instituições: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro (SENGE) e Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SARJ).

“Este Grupo de Trabalho Técnico-Profissional, além de emitir parecer acerca de qual o projeto mais indicado para ser implementado (o da Prefeitura ou o da AMPAVA), poderá recomendar a adoção das medidas que julgar pertinentes para que se compatibilizem a realização dos Jogos Olímpicos e o respeito ao direito constitucional à moradia adequada, assim como a função social da propriedade e da cidade” (GTAPM, 2013).

Ao final de cinco meses de trabalho, o Grupo de Trabalho Acadêmico, elaborou um parecer¹⁵, no qual, após comparar as duas propostas, recomendou à Prefeitura que reconheça o Plano Popular da Vila Autódromo como alternativa cidadã, no que se refere aos aspectos fundiários, sócio urbanístico, edílico e ambiental, e produziu seu parecer final amplamente favorável ao PPVA, indicando sua implementação (GTAPM, 2013).

O Plano Popular da Vila Autódromo mostrou que a permanência da Vila Autódromo é técnica e socialmente viável, inclusive mais vantajosa para os cofres públicos, pois, a implementação do Plano tem um custo estimado de R\$ 13,5 milhões, valor muito inferior ao que seria gasto pela Prefeitura para que haja o reassentamento total da comunidade.

No dia 03 de dezembro de 2013, os moradores comemoraram, como já mencionado anteriormente, o primeiro lugar no *Urban Age Award*, importante prêmio internacional que reconhece e celebra iniciativas criativas para as cidades. O prêmio em questão foi conquistado pelo Plano Popular da Vila Autódromo, que desbancou cerca de 170 projetos concorrentes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

¹⁵ O Parecer dado pelo Grupo de Trabalho “reúne os resultados do trabalho realizado pelo GTAPM a partir de análises de fontes documentais, consultas à bibliografia e legislação, reuniões presenciais, comunicações realizadas com representantes de órgãos públicos (ITERJ e Caixa Econômica Federal - CEF), entrevistas e pesquisa de campo exploratória na Vila Autódromo e, avaliação dos dados coletados, considerando o marco regulatório jurídico-urbanístico para as cidades brasileiras e demais instrumentos legais e fundamentados num conjunto de argumentos conceituais, políticos, técnicos, sociais e legais que regem os referidos campos disciplinares representados.” O documento pode ser encontrado no link: http://s3.amazonaws.com/portalsenge_prod_assets/documents/135/original/ParecerVilaAut%C3%B3dromo.pdf?1376071635



Figura 11: Moradores recebendo o Prêmio, fonte: Canal IBASE.

“Nós socializamos esse prêmio com todas as comunidades e com todos aqueles que colaboraram e torceram. Traz autoestima aos moradores num momento de preocupação com as recentes ações da Prefeitura O Rio passa por esse momento de reivindicações nas ruas, de luta por direitos, e esse prêmio é um estímulo para seguir em frente”.

(Depoimento de Inalva Mendes Brito, moradora da Vila Autódromo).

Com a premiação de 80 mil dólares, a Associação planeja construir uma creche comunitária.

Como ressaltam os assessores, o Plano é um dos muitos instrumentos utilizados na luta contra a remoção. Além do Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), “a resistência dos moradores da Vila Autódromo abrangeu iniciativas em diferentes frentes, seja no campo jurídico-institucional, principalmente com apoio da Defensoria Pública Estadual, seja na promoção de articulações políticas com outros movimentos sociais em luta contra as remoções e outros impactos causados pelos projetos relacionados às Olimpíadas e à Copa de Mundo” (OLIVEIRA et al., 2014, p.5).

6. Considerações finais

Após as manifestações de junho de 2013, que demonstraram claramente a insatisfação popular à ordem política vigente, as autoridades públicas (municipal e estadual), tiveram que mudar suas táticas políticas. Houve assim, uma modificação nas estratégias da Prefeitura do Rio de Janeiro, que abriu rodadas de negociações com movimentos e organizações envolvidas nas manifestações e, para acalmar os ânimos, o prefeito Eduardo Paes convidou para conversas específicas a Associação de Moradores da Vila Autódromo. (OLIVEIRA et al, 2014).

A primeira reunião do processo de negociação entre a Prefeitura e os moradores da Vila Autódromo foi feita em agosto de 2013. A partir disso, foram feitas muitas outras reuniões, totalizando dez, sendo que em três delas houve a participação do prefeito. As reuniões tiveram a participação dos principais gestores municipais envolvidos na questão:

“sob a liderança do Secretário Municipal de Meio Ambiente, participaram, pela Prefeitura, o Diretor de Projetos e o Assessor Especial da Presidência da Empresa Olímpica Municipal, os secretários municipais de Habitação e Urbanismo, o Subprefeito da Barra e Jacarepaguá, além de assessores e técnicos qualificados desses e outros órgãos municipais. Defendendo as propostas do Plano Popular estavam o Presidente da Associação, uma comissão de moradores aberta, três membros da coordenação da equipe de assessoria do Plano Popular - e defensores públicos” (OLIVEIRA et al, 2014).

Após vários episódios de confrontos diretos com os moradores, a Prefeitura sem ceder praticamente nada, interrompe a negociação de forma unilateral, em setembro.

Em outubro 2013, a prefeitura apresenta sua proposta final que não incorporou em nada a proposta dos moradores, e “remove cerca de 70% dos moradores, piora as condições de acessibilidade aos domicílios remanescentes, dificulta soluções de drenagem e cria um gueto totalmente segregado do entorno por

uma rede de grandes vias. O prometido projeto de urbanização da área remanescente não foi apresentado” (OLIVEIRA et al, 2014, p. 15). Em reunião específica, a Associação de Moradores discorda e debate tal projeto.



Figura 12. Proposta final da Prefeitura após processo de “negociação”.

Desde então, há assédios e intimidações por parte da Prefeitura , com visitas e telefonemas aos moradores da comunidade, além de notícias na mídia e outras táticas voltados para convencê-los da impossibilidade da permanência e da inutilidade da sua luta. “Como em todos os processos de remoção, a Prefeitura recusa a discussão coletiva e individualiza a negociação”. (OLIVEIRA et al, 2014, p.16).

"Uma das estratégias utilizadas é a desinformação, ou a divulgação de informações falsas permeadas de meias verdades voltadas para promover

a confusão e a divisão interna. A incerteza e o medo instauram conflitos dentro das famílias. Uma parte cede, mas outra resiste e continua a defender a proposta construída coletivamente”.

“Entre o final de 2013 e meados de 2014, o processo de remoção é iniciado. Moradores são coagidos a assinar documentos em que oferecem suas casas à prefeitura e abrem mão de todos os direitos e possíveis ganhos nos processos que correm na justiça relativos às suas casas. Essa é a condição para que possam se mudar para os apartamentos construídos pela Prefeitura, o Parque Carioca. Cerca de 200 famílias aderiram e se mudaram em março de 2014” (OLIVEIRA et al, 2014,p.16).

Em uma reunião de moradores, técnicos e jornalistas na Vila Autódromo, em julho de 2014, alguns moradores deram seu depoimento e relataram suas impressões, aflições e como estão se sentindo perante todos nos acontecimentos ocorridos na comunidade atualmente.

Conhecida na localidade como Penha, uma das personagens importantes na luta de resistência da comunidade, Maria da Penha relata que pretende continuar morando onde mora e que já participou de reuniões de negociação com a prefeitura. Entretanto, diz que tem a impressão de que na verdade, o Poder Público só escuta os moradores por uma questão de educação, mas em geral só faz o que é interesse deles. Em uma das reuniões que participou, ouviu do prefeito a afirmação de que ele só removeria algumas famílias e que outras ficariam, pois ninguém era obrigado a sair e só sairia quem quisesse e que ele iria urbanizar a área para quem ficasse.

Em relação à comunidade como um todo, Penha afirma que os moradores estão divididos, alguns porque acham que o dinheiro oferecido pela prefeitura vale a pena, fato que enfraquece a luta contra a remoção da Vila Autódromo. Para ela, é importante distinguir quem realmente, verdadeiramente, quer ficar independente de tudo, de quem quer negociar para sair, pois, as pessoas muitas vezes mudam de opinião e desta forma racham a luta de resistência.

Outra pessoa que contribui veementemente na luta contra a remoção da comunidade é a moradora Jane do Nascimento, que também participou de

inúmeras reuniões com a prefeitura. Ela acredita que o governo se aproveita das dificuldades que os moradores passam para, assim, tentar fazer com que eles se corrompam e posteriormente aceitem a oferta de indenizações feita para tirá-los de suas casas.

A prefeitura se vale da situação precária em que vivem os moradores, para fazer desapropriações e usar aquela terra em benefício de agentes privados como os grandes empresários da construção civil envolvidos na construção do Parque Carioca.

Em alguns casos, o governo oferece dinheiro, em outros, um apartamento no Condomínio Morar Carioca, mas não se preocupa se esses “beneficiários”, moradores que aceitaram sua proposta vão ter condições de manter (pagar) aquilo que lhe foi ofertado, vide as despesas que provém de um apartamento.

Entretanto, os residentes que desejam permanecer na comunidade ficam bastante entusiasmados quando algum outro morador conta que foi fazer uma negociação com a prefeitura, não gostou da oferta apresentada a ele e se arrepende de tentar a negociação para sair da Vila Autódromo. É caso de Maria do Socorro, que mora na Vila Autódromo há 16 anos e foi fazer negociação com a prefeitura duas vezes e não negociou.

Segundo relato da moradora, na primeira negociação que ela foi fazer estavam presentes o Defensor Público Geral Nilson Bruno, o Secretário Municipal de Habitação Pierre Batista e a Marli Peçanha representante do Gabinete do Prefeito. Durante a negociação perguntaram o valor que Maria do Socorro queria para sair de sua casa e ela “colocou o valor nas alturas”. Nesse momento, segundo a moradora, o Secretário perguntou se a intenção dela em pedir um valor tão alto seria comprar uma mansão no Recreio - um bairro nobre de classe média da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, localizado na região administrativa da Barra da Tijuca e próximo a Vila Autódromo - e ela respondeu ao secretário: “Não senhor, porque eu tenho uma mansão na Barra, o senhor iria pro Recreio se tivesse uma mansão na Barra?”. Neste momento, ele ponderou que isso era um sonho e lhe ofereceu o mínimo para ela sair de sua casa e a moradora recusou a oferta. Na segunda ocasião de negociação, estava presente na negociação um Secretário Municipal (que Maria do Socorro

não soube identificar quem era), entretanto, o valor da oferta oferecida a ela aumentou e, em contraproposta, a moradora pediu um terreno em outra rua dentro da própria comunidade, já que mora na beira da lagoa. O secretário teria então contestado e afirmado que “isso não existe” e que toda a localidade pertencente à Vila Autódromo iria sair, não ficaria nada, e, mais uma vez, a negociação foi encerrada.

Este episódio e muitos outros mostram claramente, que o Poder Público, em especial o Prefeito, havia enganado os moradores quando comunicou a eles que parte da Vila Autódromo iria permanecer.

Os sentimentos e as ameaças sofridas pelos Moradores no cenário atual

Há vários relatos de que a Prefeitura e seus subordinados ameaçam os moradores da Vila Autódromo e ainda advertem que quem não sair por negociação, não receberá nada.

Enquanto isso, a situação na comunidade se torna cada vez mais complicada, pois, conforme a Prefeitura vai derrubando as casas, as ruas vão ficando mais vazias e conseqüentemente cada vez mais escuras e perigosas. Com a demolição das casas, cada vez mais pessoas desconhecidas circulam pela Vila, muitas vezes trabalhadores das obras nos arredores, o que gera um desconforto para quem mora na Vila e está acostumado a conhecer a maioria das pessoas do local.

Muitas vezes a prefeitura, ao derrubar as casas, desestrutura toda comunidade, pois danifica os postes de luz e tubulações de água das ruas com seu maquinário pesado, o que faz estremecer os terrenos e conseqüentemente causa rachaduras nas conexões¹⁶.

A qualidade de vida na Vila Autódromo está muito precária e, em meados de 2014, em determinadas partes da comunidade não se tinha nem luz. A prefeitura está trabalhando na direção do esfacelamento da comunidade, o que corresponde também ao esfacelamento das famílias que vivem nesta região.

¹⁶ Informação dada pelos moradores em reuniões na Associação dos Moradores.

Atualmente, os moradores se sentem simplesmente ignorados pelo poder público, visto que não houve nenhuma ocasião em que suas ideias foram inseridas nos projetos governamentais e até o presente momento não foi concedido o devido valor ao Plano Popular proposto por eles.

A situação vivida hoje na comunidade deixa alguns moradores revoltados, pois além de não serem respeitados os seus direitos, sofrem pressão psicológica para que saiam de suas casas “de livre e espontânea vontade”.

Uma questão que se fez complexa e problemática e tem servido como estratégia do governo quando falamos em remoção, é a tática de derrubar casas e ir paulatinamente minando alguns locais, o que deixa vários moradores sem vizinhos e rodeados de escombros. Além disso, de acordo com os próprios residentes, a partir de uma autorização dada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, representantes da prefeitura estão fazendo o corte e a trituração de árvores da comunidade, o que gera cada vez mais a precariedade ambiental do lugar.



Figura 13: Parte das árvores da comunidade. Foto: Anna Carla Ramos, Junho de 2014.

Em virtude da remoção e da derrubada das árvores, se quebrou o esgotamento de águas pluviais da comunidade, o que acarretou em muita lama e trouxe muita poeira para a Vila.

Como consequência desse fato, a comunidade ficou com uma maior sensação de calor, já que as árvores serviam como uma espécie de barreira, um muro de calor, de som e de poeira das obras do Parque Olímpico.

Nesta conjuntura, as casas da comunidade estão mais expostas e seus moradores estão cada vez mais preocupados. A maioria das árvores da Vila Autódromo estava marcada de vermelho e os residentes não sabiam o que isso significava, não entendiam o que este código queria dizer. O governo justifica este ato com a alegação de que irá plantar mudas destas árvores em outro lugar. Entretanto, estão tirando as árvores para fazer ali um aterro monumental e também as estradas que darão acesso à Vila.

“O prefeito tira as árvores para nos desmotivar, sacanear e tiram primeiro as casas bonitas para nos enfraquecer.”

Depoimento de Francisco, morador antigo da comunidade.



Figura 14: Uma árvore da Vila Autódromo. Foto: Anna Carla Ramos, Junho de 2014.

Segundo moradores, o secretário de Meio Ambiente, Carlos Alberto Muniz, afirmou que haveria compensação ambiental para todas as árvores, no entanto, não soube informar onde se dará esta compensação.

Residentes apontam ainda que todas as informações dadas pelos agentes da prefeitura são fragmentadas. A Prefeitura utiliza como recurso, como estratégia de trabalho, mobilizar grupos de agentes que desempenham funções diferentes e atuam sobre a mesma área. Assim, no final, as pessoas que realmente são prejudicadas com esses atos e transformações, não sabem sequer a quem recorrer e a quem eles deveriam cobrar explicações por ser o responsável por essa e por outras questões.

Um dos argumentos utilizados como desculpa para a remoção da Vila Autódromo, era o de que esta localidade seria uma área de proteção ambiental, e que por esse motivo, não haveria condição de permanência de pessoas naquele local. Porém, agora, contrariando este mesmo argumento, há uma licença para que a prefeitura possa derrubar essas árvores e a existência de um mapa marcando cada uma das árvores a serem derrubadas.

Um fato interessante neste cenário é que muitas dessas árvores derrubadas foram os próprios moradores que plantaram, como, por exemplo, os ipês e paus-brasil. Foi relatado por eles, inclusive, que no momento em que se cortaram determinadas árvores, muitos deles passaram mal e faziam apelos para as mesmas não fossem retiradas. No final deste episódio, cortaram e trituraram as árvores sem nenhuma discussão com a comunidade, deixando os moradores mais antigos muito abalados.

“Nós fizemos um trabalho aqui constante de plantar árvores para fugir dessa acusação que causávamos danos ambientais e a comunidade era farta de árvores e foi o maior desastre psicológico quando essas árvores foram cortadas sem discussão, sem aviso prévio, sem nada”.

Fala de Inalva, moradora da Vila Autódromo.

Com esse desfecho, residentes mencionaram que duas visões os abalaram muito. Primeiro, a visão dos escombros das casas, que realmente não agrada a ninguém, mesmo sendo privilegiado. A segunda visão, a que mais chocou as pessoas, foi a do corte das árvores, pois cada morador aprendeu com o tempo a respeitá-las, principalmente depois que foram acusados pelo governo de causarem dano ambiental.



Figura 15: Escombros da Vila Autódromo. Foto: Anna Carla Ramos, Julho de 2014.



Figura 16: Escombros da Vila Autódromo. Foto: Anna Carla Ramos, Julho de 2014.

A Vila Autódromo parece ser objeto de uma política de abandono intencional, para que cada dia haja mais precariedade no local. A comunidade se encontra sitiada em todos os sentidos, geograficamente, economicamente e psicologicamente. Pessoas estão em choque, sem saber o que fazer da sua vida. De um lado o Consórcio Rio Mais, com o projeto do Parque Olímpico, do outro lado, a prefeitura, que faz um assédio moral à comunidade, convencendo as pessoas que o apartamento do Programa Minha Casa, Minha Vida é a melhor escolha para eles, oferecendo altos valores para a derrubada de algumas casas, quando teoricamente nunca houve verba para urbanizar a comunidade¹⁷.

De acordo com o Plano Popular da Vila Autódromo, todos os moradores seriam assentados com dignidade na própria comunidade com um custo de R\$ 13,5 milhões¹⁸, enquanto o projeto do Parque Carioca custa cerca de R\$ 100 milhões¹⁹, de acordo com informações do site da Prefeitura do Rio de Janeiro²⁰. Assim, se utilizam de uma política de remoção forçada, com justificativas no mínimo duvidosas, quando na realidade deveriam conduzir os investimentos para um projeto de urbanização da comunidade, solução mais justa e democrática, uma vez que os moradores não desejam sair de suas casas.

Enfim, os moradores estão muito angustiados e aflitos, mas ainda há aqueles que insistem em fazer valer o seu direito a ter direitos, em permanecer nas suas casas. Estes continuam se organizando para que possam ser ouvidos e fazendo resistência à política de remoções da Prefeitura ditado por interesses econômicos e políticos de mercantilização e privatização das cidades. Vale ressaltar que, ao que tudo indica, o processo de remoção da Vila Autódromo é uma forma de aumentar o lucro dos negócios imobiliários e valorizar cada vez mais este local, uma vez que, ser vizinho a uma favela desvaloriza

¹⁷ Não há informações oficiais sobre o valor de indenizações na Vila Autódromo. Segundo relatos dos moradores, os valores das primeiras casas indenizadas teriam sido bem altos, atingindo centenas de milhares de reais.

¹⁸ Valores de 2012.

¹⁹ Valores de 2013.

²⁰ Ver em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4415695>

empreendimentos de condomínios luxuosos destinados àquela região, o que vai de encontro aos interesses dos aliados da prefeitura, as grandes empresas de construção civil.

O futuro da Vila Autódromo ainda é incerto. Entretanto, sua história vale de referência para várias outras comunidades, com um projeto singular de planejamento urbano que conduziu à criação do Plano Popular da Vila Autódromo.

Em relação a Copa do Mundo de 2014, pode-se perguntar : qual foi o legado deixado? Quanto às Olimpíadas de 2016, a questão central que influencia toda essa política pública de remoção em curso no Rio de Janeiro é: quem realmente foi e será beneficiado? São perguntas que só poderemos responder futuramente, mas, em todo caso, a história da Vila Autódromo já nos dá uma boa indicação sobre a resposta.

Referências Bibliográficas

ANCOP (Articulação Nacional dos Comitês Populares Da Copa), 2012. “Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil”. [s.l.] 2. ed., Junho de 2012.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA). Plano Popular da Vila Autódromo: *Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural*. Rio de Janeiro: AMPAVA;IPPUR/UFRJ, 2012.

_____. Portal Popular da Copa: Rio sem Remoções; Vídeo: Vila Autódromo: um bairro marcado para viver. Rio de Janeiro: AMPVA. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=RMgRZ-60i_I. Acesso em: 14 de junho de 2014.

_____. Portal Popular da Copa: Rio sem Remoções. Rio de Janeiro: Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/vivaavila/index.php/argumentos/109-argumentos-que-nao-se-sustentam>. Acesso em: 14 de junho de 2014.

BOLETIM ANALÍTICO MORADIA NO RIO DE JANEIRO. Observatório de Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.observaconflictosrio.ippur.ufrj.br/ippur/liquid2010/docbreno.html>.

Acesso em: 4 de agosto de 2014

COMITÊ Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (CPCORJ). Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CPCORJ, 2014.

FIORI, Jose Luis, 2007. O Poder Global - E a Nova Geopolítica das Nações.

FREIRE, Leticia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. O Social em Questão, ano XVI, nº 29, 2013.

GRANJA, Patrick. Milhares de famílias ameaçadas de despejo no Rio. Julho, 2012. A Nova Democracia. Disponível em:

<http://www.anovademocracia.com.br/no-92/4102-milhares-de-familias-ameacadas-de-despejo-no-rio>. Acesso em: 22 de julho de 2014

GRUPO DE TRABALHO Acadêmico Profissional Multidisciplinar (GTAPM). Vila Autódromo: Parecer. Rio de Janeiro: Relatório Técnico, junho 2013.

Heitor Ney Mathias da Silva (UFRJ - IPPUR). Da Terra de Ninguém a Terra dos Fidalgos. Anais do XII ENANPUR. Belém: ANPUR, 2007.

LINS, Mariana do Carmo. Os Jogos Olímpicos e a Vila Autódromo: Resistência na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. Rio de Janeiro, 2013.

NACIF, Cristina L. e FAULHABER, Lucas. Cidades da Exceção para a Copa de 2014. *Desapropriações e remoções para tornar o Rio de Janeiro “competitivo”*. In: SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabricio L.; NOVAIS, Pedro. A Copa do Mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências. Niterói: Eduff, 2014.

OLIVEIRA, Fabricio L.; TANAKA, Giselle; BIENENSTEIN, Regina. A batalha da Vila Autódromo: “negociação” e resistência à remoção, 2014. Anais da 2ª

Conferência Internacional Megaeventos e Cidade. Rio de Janeiro: ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2014.

OLIVEIRA, Nelma G. 2012. O Poder dos Jogos e os Jogos de Poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012.

OLIVEIRA, Nelma G. e VAINER, Carlos. Cidades da Exceção para a Copa de 2014: Megaeventos no Brasil e no *Rio de Janeiro: uma articulação transescalar na produção da cidade de exceção*. In: SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabricio L.; NOVAIS, Pedro. A Copa do Mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências. Niterói: Eduff, 2014.

SANTOS JUNIOR, Orlando A.; RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. O jogo das trocas e a troca dos jogos: a mercantilização da cidade. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=511%3Ajogo-das-trocas-e-a-troca-dos-jogos-a-mercantiliza%C3%A7%C3%A3o-da-cidade&Itemid=164&lang=pt. Acesso em: 5 de maio de 2014

TANAKA, Giselle e COSENTINO, Renato. *Impactos e resistências: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro: movimentos sociais urbanos e novas articulações políticas*. In: SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabricio L.; NOVAIS, Pedro. A Copa do Mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências. Niterói: Eduff, 2014.

VAINER, Carlos. Megaeventos e a Cidade de Exceção. Reflexões a partir do Rio de Janeiro. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

VAINER, Carlos. TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabricio L.; LOBINO, Camilla; BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. Anais do XV ENANPUR. Recife: ANPUR, 2013.

Sites Consultados.

Blog da Raquel Rolnik : <http://raquelrolnik.wordpress.com/> .Acesso em: 28 de setembro de 2014.

Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009 – 2012.
http://www.riocomovamos.org.br/arq/planejamento_estrategico.pdf. Acesso em: 9 de setembro de 2014.

<http://cidadespovosiveis.tumblr.com/post/11974904395/prefeitura-do-rio-tenta-enganar-moradores-da-vila> .Acesso em: 17 de junho de 2014

<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=618>

<http://rio.portalpopulardacopa.org.br/?p=2887>. Acesso em: 17 de junho de 2014

<http://rioonwatch.org.br/?p=7034>. Acesso em: 19 de julho de 2014

<http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-do-rio-inicia-em-marco-remocao-da-favela-vila-autodromo-11653156#ixzz35WNXgIL4>. Acesso em: 17 de junho de 2014

<http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>. Acesso em: 17 de junho de 2014

<http://apublica.org/2012/06/post-vila-autodromo/>. Acesso em: 2 de julho de 2014.

<http://www.radaroficial.com.br/d/25414590>. Acesso em: 5 de setembro de 2014

<http://www.jusdh.org.br/2014/03/27/a-nova-luta-da-vila-autodromo-e-dos-moradores-que-resistem-a-remocao-reconstruir-a-defensoria-publica-e-sua-autonomia/>. Acesso em: 14 de outubro de 2014

<http://riodejaneirocidadeolimpica.blogspot.com.br/2012/10/favela-vila-autodromo-manter-ou-remover.html>. Acesso em: 5 de setembro de 2014

<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/129/reportagens/luta-contra-remocao-na-vila-autodromo>. Acesso em: 19 de julho de 2014

<http://www.comunidadevilaaudodromo.blogspot.com.br/>. Acesso em: 19 de julho de 2014

http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=345:plano-popular-da-vila-aut%C3%B3dromo-rio-sem-remo%C3%A7%C3%B5es&Itemid=164&lang=pt. Acesso em: 4 de outubro de 2014